

Luciene Amantina da Silva

**EXPERIÊNCIAS LABORAIS NO MERCADO DE  
TRABALHO TERCEIRIZADO**

Dissertação submetida ao Programa de  
Pós-Graduação da Universidade  
Federal de Santa Catarina para a  
obtenção do Grau de Mestra em  
Sociologia Política  
Orientadora: Profa. Dra. Marcia da  
Silva Mazon

Florianópolis  
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Luciene Amantina da  
Experiências laborais no mercado de trabalho  
terceirizado / Luciene Amantina da Silva ;  
orientadora, Marcia da Silva Mazon, 2018.  
102 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Política, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Mercado de trabalho.  
3. Terceirização. 4. Neoliberalismo. I. Mazon,  
Marcia da Silva. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Política. III. Título.



**Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política**

Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Campus Universitário - Trindade  
Caixa Postal 476  
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil  
E-mail: ppgsocpol@contato.ufsc.br

**“Experiências laborais no mercado de trabalho terceirizado.”**

**Luciene Amantina da Silva**

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Marcia da Silva Mazon  
(PPGSP/UFSC)  
Presidente/Orientadora

Prof. Dr. Maria Soledad Etcheverry Orchard  
(PPGSP/UFSC)

Prof. Dr. Laura Senna Ferreira  
(PPGCS/UFSC) - Via Skype

**Ernesto Seidl**  
**Coordenador PG em Sociologia Política**  
**PPGSP/CFH/UFSC**

Prof. Dr. Ernesto Seidl  
(Coordenador PPGSP/UFSC)

FLORIANÓPOLIS, (SC), MARÇO DE 2018.



## RESUMO

A presente pesquisa aborda as atuais transformações no mercado de trabalho com a flexibilização dos contratos e da legislação trabalhista, bem como suas implicações nas práticas e nas experiências laborais dos trabalhadores e das trabalhadoras terceirizadas para o setor de limpeza da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O objetivo é verificar como as atuais relações de trabalho terceirizadas podem influenciar nas futuras escolhas de trabalho e por meio de quais estratégias os atores inseridos nesse contexto criam uma visão alternativa de futuro. No primeiro capítulo tratamos da conceituação teórica geral sobre o desenvolvimento histórico do capitalismo de mercado e suas consequências não econômicas. O segundo capítulo busca uma reflexão acerca de como essas tendências refletem e influenciam o mercado de trabalho no Brasil a partir das decisões de políticas econômicas voltadas para a sua aplicação nas relações empregatícias. No terceiro e último capítulo verificamos os aspectos contextuais das experiências e das práticas laborais dos trabalhadores, considerando suas origens familiares, experiências profissionais, as condições de trabalho atuais e as pretensões de trabalho futuras. Fundamentada no referencial teórico da sociologia do trabalho e da sociologia econômica, para tal investigação foram realizadas entrevistas com treze trabalhadores terceirizados, além de pesquisa bibliográfica e observação direta. Os resultados demonstram que antes do êxito econômico na inserção no mercado de trabalho, objetiva-se a especialização por meio da educação formal como maneira de satisfação e superação pessoal.

**Palavras-chave:** Terceirização. Trabalho. Capitalismo de mercado.



## **ABSTRACT**

The present research regards the current transformations in the labor market with the flexibilization of contracts and labor legislation, as well as their implications in the practices and the labor experiences of the outsourced workers for the cleaning sector from Federal University of Santa Catarina (UFSC). It aims to verify how current outsourced work relationships may influence the future job choices and through which strategies the actors inserted in this context create an alternative vision of the future. The first chapter concerns the general theoretical conceptualization of the market capitalism historical development and its noneconomic consequences. The second chapter seeks a reflection on how these trends reflect and influences Brazilian labor market and on the economic policies decisions aimed its employment relations application. The third and last chapter regards the contextual aspects of workers' experiences and work practices, considering their family origins, professional experiences, current working conditions and future work intentions. Based on the theoretical framework of the labor sociology and economic sociology, we carried out thirteen interviews with outsourced workers, as well as bibliographical research and direct observation. The results demonstrate that before the economic success in the labor market insertion, the purpose was the specialization through the formal education as a path of satisfaction and personal overcoming.

**Keywords:** Outsourcing. Labor. Market capitalism.





## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
1.1	UFSC E SEU CONTEXTO .....	13
1.2	METODOLOGIA .....	15
<b>2</b>	<b>ASPECTOS GERAIS DO CAPITALISMO DE MERCADO</b> .....	<b>19</b>
2.1	LIBERALISMO COMO EFEITO DA TEORIA .....	23
2.2	O CONTROLE DO TEMPO .....	26
2.3	O CONCEITO DE CLASSE SOCIAL .....	30
<b>3</b>	<b>MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL</b> .....	<b>35</b>
3.1	FLEXIBILIZAÇÃO .....	39
<b>3.1.1</b>	<b>Trânsito de trabalhadores</b> .....	<b>43</b>
<b>3.1.2</b>	<b>Formação das hierarquias</b> .....	<b>46</b>
3.2	TERCEIRIZAÇÃO .....	48
3.2.1	O setor de serviços .....	54
3.2.2	Relações de trabalho e gênero .....	57
<b>4</b>	<b>PRÁTICA DOS TRABALHADORES</b> .....	<b>63</b>
4.1	EXPERIÊNCIAS LABORAIS DOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA NA UFSC .....	66
4.2	EDUCAÇÃO ESCOLAR ENQUANTO QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL .....	72
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>78</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>85</b>
	<b>APÊNDICE A – Quadro dos entrevistados</b> .....	<b>95</b>
	<b>APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas</b> .....	<b>99</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O debate acerca da terceirização das atividades produtivas e da flexibilização da legislação trabalhista tem sido pauta no contexto social, político e econômico do Brasil e do mundo nas últimas décadas. Uma onda de reformas liberalizantes nos estados nacionais trouxe para a agenda a ideia do Estado Mínimo: diminuição do número de empresas estatais e a formulação de políticas que viabilizassem a flexibilização e em seguida a terceirização dos contratos trabalhistas. A terceirização transfere as responsabilidades de gestão e os custos trabalhistas para um terceiro (a empresa não é mais a ‘grande família’ do fordismo). Anteriormente a terceirização era para atividades meio (segurança, limpeza), hoje a lei da terceirização se destina também para as atividades fim. “Fala-se em negócios, produção, mas não se usa a palavra trabalhadores” (DRUCK; FRANCO, 2008, p. 109).

Sobretudo países periféricos como o Brasil têm aderido à políticas econômicas voltadas para a desregulamentação estatal e para a “regulamentação” via mercado de livre concorrência. É nesse sentido que a presente pesquisa aborda as atuais transformações no mercado de trabalho com a flexibilização dos contratos e da legislação trabalhista, bem como suas implicações nas práticas e nas experiências laborais dos trabalhadores e das trabalhadoras terceirizados do setor de limpeza da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no que tange suas condições atuais e, sobretudo, pretensões futuras de trabalho.

É importante lembrar que as décadas de 60 e 70 do século XX, marcaram o fim da era fordista nos países centrais, que era relacionada ao pleno emprego, aos sindicatos e ao papel delimitado do Estado de constituir políticas públicas no desenho da relação entre capital e trabalho. O choque do petróleo, o período de estagnação<sup>1</sup>, o trânsito de saída das grandes indústrias dos países centrais rumo aos países periféricos – considerados como zonas de baixa regulação trabalhista – são a marca deste período. A era fordista baseada na manufatura será substituída pela era pós fordista considerada como a era da informação e da flexibilização (ANTUNES, 2009; 2010; ANTUNES; ALVES, 2004; HARVEY, 1992; DRUCK; FRANCO, 2008).

Segundo Dezalay e Garth (2002), este período de acumulação flexível é marcado pela precarização, pelo enfraquecimento dos sindicatos e pelas mudanças no papel do Estado no que toca a relação

---

<sup>1</sup> Termo cunhado por Iain Macleod em 1965 que representa o aumento da taxa de desemprego e da taxa de inflação.

entre capital e trabalho. O Brasil, embora nunca tenha vivido uma era de pleno emprego também vivencia o momento da flexibilização.

No contexto nacional, a década de 1990 foi marcada como o período de renegociação das dívidas internacionais, que impõe aos países nomeados então como periféricos (incluindo o Brasil e a América Latina em geral) a Cartilha do Consenso de Washington de 1992. Como contrapartida à renegociação das dívidas, uma ampla reforma do Estado e diminuição de sua atuação na economia, que teve como implicações direta um período marcado pelas privatizações das estatais, pela terceirização e pela entrada do capital estrangeiro através dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs) (DEZALAY; GARTH, 2002).

Assim no governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) se iniciou uma ampla desregulamentação econômica, a qual foi aprofundada pelos governos posteriores. Como tópicos básicos desta desregulamentação, cujo principal alvo manifesto era a promoção de uma maior competitividade nos setores produtivos brasileiros, podemos citar a acelerada abertura comercial, propiciada pela queda de diversas barreiras, tarifárias e não-tarifárias, a privatização de empresas de relevância controladas pelo Estado brasileiro e a elevação da terceirização de atividades produtivas (CAMPOS; GUIMARÃES, 1999).

O termo mercado de trabalho está presente em grande parte das discussões da sociologia e da economia e tem sido crescente o interesse da sociologia brasileira por estes estudos (OLIVEIRA; PICCININI, 2011). Para a compreensão das relações econômicas e sociais as formas de organização dos mercados é um item obrigatório.

Como observa Guimarães (2009), um exemplo de como se pode reestabelecer o sentido sólido da análise sociológica do mercado de trabalho contemporâneo é por meio de uma reflexão compreensiva sobre as relações sociais situadas, isto é, relações socialmente construídas, capaz de revelar como operam em sua diversidade estrutural e institucional, material e simbólica através da observação das instituições que ali se apresentam, das performances que nela têm lugar e das redes que a sustentam.

O mercado de trabalho como o espaço em que ocorrem estas relações e como elas podem se efetuar, modifica-se constantemente, dando origem a múltiplas formas de compreensão. Portanto considerá-lo como um conceito constante sem revisitá-lo e questioná-lo ao longo do tempo implica negar o caráter dinâmico e histórico da sociedade (ABRAMOVAY, 2004).

O embasamento teórico por detrás das reformas neoliberais está no conhecimento do mercado como mecanismo de formação dos preços. No

entanto, mercados podem ser estudados também sob outro ângulo, como “estruturas sociais”, ou seja, “formas recorrentes e padronizadas de relações entre atores, mantidas por meio de sanções” (SWEDBERG, 1994, p. 255).

Nesse caso, sua compreensão se relaciona à subjetividade dos agentes econômicos, à diversidade e à história de suas formas de coordenação, às representações subjetivas a partir das quais se relacionam uns com os outros, à sua capacidade de obter e de inspirar confiança, de negociar, de fazer cumprir contratos, de estabelecer e de realizar direitos. O mercado como fato histórico localizado geograficamente e composto por entidades vivas.

### 1.1 UFSC E SEU CONTEXTO

A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes os quais exprimem divisões e contradições da sociedade. Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições (CHAUÍ, 2003, p. 5).

Integrada ao contexto do Governo Federal, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a partir da extinção de alguns cargos de carreira, realiza a terceirização de profissionais para dar suporte às atividades-meio da instituição. Os trabalhadores terceirizados constituem uma importante parcela da comunidade universitária. A grande força de trabalho terceirizada na UFSC manifesta-se por meio dos serviços de limpeza, de vigilância, de portaria, de apoio ao Restaurante Universitário (RU) e de manutenção realizados pela Prefeitura Universitária<sup>2</sup>. A tabela apresenta a quantidade de terceirizados na UFSC de 2009 a 2014:

---

<sup>2</sup>A Prefeitura Universitária é um órgão integrante da Pró-Reitoria de Administração e tem por competência coordenar e executar atividades ligadas à manutenção e conservação do patrimônio da Universidade (UFSC, 2015).

Ano	Quantidade de Profissionais Terceirizados
2014	1.115
2013	980
2012	980
2011	717
2010	679
2009	660

Fonte: PROAD/UFSC.

Obs: Nesses dados, não constam os números relativos ao Hospital Universitário.

Os dados apresentados revelam um aumento quantitativo significativo de profissionais terceirizados entre os anos de 2009 e de 2014, o que pode ser explicado, segundo a instituição, pela expansão da Universidade ocorrida a partir do Programa do Governo Federal de apoio aos planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Tendo em vista a consolidação do referido Programa, prevista para os próximos anos, há uma tendência de estes números serem ainda maiores.

No setor público a estratégia da terceirização foi inserida em decorrência dos planos de gestão de governos anteriores. Tais planos previam a descentralização das atividades da administração federal e a diminuição da atuação do Estado nas atividades consideradas não essenciais. Druck e Franco (2008) constatam que em 15 anos houve grande disseminação pelo setor público (em universidades, por exemplo, na seção de limpeza e de segurança), suspensão de concurso público e substituição por estagiário (bancos) ou terceirizado.

Segundo a visão administrativa a terceirização é uma estratégia na forma de gerenciar as organizações adotada a partir da Segunda Guerra Mundial, em decorrência da necessidade de produção de material bélico. A indústria bélica, sobrecarregada e sem condições de atender à demanda, passou a delegar serviços a terceiros. A experiência acarretou uma mudança no modelo de produção tradicional. A partir de então, as ramificações de parcerias com empresas especializadas em produtos e em serviços, nas mais diferentes áreas, começaram a fazer parte do campo de trabalho, tanto na esfera privada como na pública (CRUZ, 2012; LAPA, 2015).

O embasamento teórico advém tanto da sociologia do trabalho – no que tange seu referencial teórico e metodológico, ou seja, experiências

e práticas de grupos historicamente marginalizados em disputa pelos recursos econômicos, sociais e culturais; e advém igualmente da sociologia econômica enquanto demonstração das relações sociais e culturais que influenciam e ajudam a definir as decisões econômicas, questionando assim sua colocação como ponto de partida de decisões políticas.

A contribuição da abordagem sociológica a partir dos referenciais da sociologia econômica e da sociologia do trabalho desenvolvida nessa pesquisa, propõe uma alternativa à visão hegemônica mais instrumentalizada e mais quantitativa tão bem como se afasta da visão de um movimento inexorável do capitalismo tendo como campo empírico a experiência dos trabalhadores e das trabalhadoras terceirizados para o setor de limpeza da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Os principais conceitos adotados formam um tripé que capta temporalidades diferentes na experiência laboral dos interlocutores. Este tripé e sua análise fundamentam-se na confrontação das respostas obtidas sobre os questionamentos acerca de suas concepções de trabalho, das condições atuais de trabalho e das expectativas profissionais. A investigação foi conduzida e orientada pelas seguintes questões: como os trabalhadores inseridos nessas relações as percebem? Qual a relação entre essa percepção e suas expectativas de projetos profissionais futuros?

## 1.2 METODOLOGIA

Participaram deste estudo 13 funcionários terceirizados do setor de limpeza, sendo 10 auxiliares de limpeza e 3 encarregadas de limpeza. Dentre eles, 2 são homens e 11 são mulheres com idades entre 21 e 59 anos. O método para a amostra foi o bola de neve, e as entrevistas transcorreram entre os anos de 2016 e 2017 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no campus Reitor João David Ferreira Lima nos seguintes centros: Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), Centro Socioeconômico (CSE), Centro de Comunicação e Expressão (CCE) e Centro de Desportos (CDS). A pesquisa de campo consistiu em entrevistas semiestruturadas, observação direta da rotina de atividades dos trabalhadores e em pesquisa bibliográfica.

Sobre o perfil dos entrevistados todos iniciaram suas atividades laborais ainda durante a idade escolar, entre 14 e 17 anos. Em relação à composição familiar, apenas 3 deles não tinham filhos. Quanto ao nível de escolaridade, possuíam entre o ensino fundamental e o ensino médio. Com a extinção das diferentes cargas horárias, todos exerciam uma jornada de trabalho de 8 horas diárias, mais 1 hora para almoço e dois

intervalos de 20 e 25 minutos. Logo o horário de entrada e de saída é padrão: das 7h da manhã até às 16h48. O horário de almoço, no qual ocorreram as entrevistas, é também igual para todos, das 11h ao meio dia.

A técnica de amostragem eleita, tendo em vista o ambiente empírico no qual se instalava, foi a então denominada “bola de neve”. Este tipo de amostragem utiliza redes de referência ao invés de métodos probabilísticos, ou seja, os próprios informantes-chaves vão encaminhando a pesquisa para futuras entrevistas.

Segundo Vinutto (2014) a amostragem em bola de neve pode beneficiar casos que tratem de questões delicadas de âmbito privado, bem como auxiliar em casos em que a quantidade de entrevistas não esteja estipulada de forma precisa, ou seja, características com as quais nos deparamos em processo de campo de cunho exploratório.

As entrevistas realizadas com os agentes terceirizados e terceirizadas do setor de limpeza da UFSC tiveram entrada de diferentes pontos (ver quadro dos entrevistados apêndice A). A primeira delas foi por meio da apresentação dos responsáveis pela limpeza do CFH pela secretária da direção do centro, ao final de 2016. Nesta ocasião nosso encontro foi na sala de café dos terceirizados que se encontra no segundo andar. Em seguida, uma informante-chave possibilitou o contato com os outros entrevistados. As entrevistas ocorreram no horário de almoço, das onze ao meio dia, no refeitório e nas salas destinadas às empresas terceirizadas. Em cada prédio de aula os funcionários terceirizados possuem uma sala pequena com mesa, micro-ondas e pia, na qual realizam as refeições que no geral trazem de casa.

Tentar saber o que se faz quando se inicia uma relação de entrevista é em primeiro lugar tentar conhecer os efeitos que se podem produzir sem o saber por esta espécie de intrusão sempre um pouco arbitrária que está no princípio da troca (especialmente pela maneira de se apresentar a pesquisa, pelos estímulos dados ou recusados, etc.) é tentar esclarecer o sentido que o pesquisado se faz da situação, da pesquisa em geral, da relação particular na qual ela se estabelece, dos fins que ela busca e explicar as razões que o levam a aceitar de participar da troca. É efetivamente sob a condição de medir a amplitude e a natureza da distância entre a finalidade da pesquisa tal como é percebida e interpretada pelo pesquisado, e a finalidade que o pesquisador tem em mente, que este pode tentar



reduzir as distorções que dela resultam, ou, pelo menos, de compreender o que pode ser dito e o que não pode, as censuras que o impedem de dizer certas coisas e as incitações que encorajam a acentuar outras (BOURDIEU, 2011, p. 695).

Segundo acordo salarial com o Sindicato de empresas e prestadores de serviço de asseio e conservação no município de Florianópolis (Sindlimp)<sup>3</sup>, para a função de servente de serviço braçal e auxiliar de serviços gerais, os salários correspondem a: R\$: 1.110,00 (8 horas), R\$ 908,00 (6 horas) e R\$ 605,45 (4 horas). Para encarregados nível I o salário é R\$ 1518,14 e para encarregado nível II é R\$ 1897, 52. No caso da UFSC, foram extintas as cargas horárias de 4 e 6 horas, na ocasião de troca de empresa prestadora de serviços de limpeza, há dois anos atrás. A restrição à opção de 8 horas diárias, acarreta em uma demanda diária de trabalho que dificulta o plano de se dedicar paralelamente a uma rotina de estudos, sobretudo para as mulheres mães.

Ao realizar as treze entrevistas com estes profissionais terceirizados, se coloca em evidência como os planos de futuro voltam-se para a saída não só desta atividade como da condição precária de terceirizado, como veremos ao longo da pesquisa. Os nomes citados pelos entrevistados – que serão identificados por números – foram trocados para que a leitura fique mais fluída, assim como alguns termos no corpo do texto – inclusive os informais ou os não técnicos – serão referenciados em itálico no sentido de preservação das falas.

No primeiro capítulo trataremos da conceituação teórica geral sobre o desenvolvimento histórico do capitalismo de mercado que culmina na flexibilização das relações trabalhistas e as consequências não econômicas desse processo a partir do referencial adotado. “É o paradoxo que encerra o trabalho contemporâneo: sua combinação com precarização social, com adocimento dos indivíduos e destruição ambiental” (DRUCK, G.; FRANCO, T.; SELIGMANN-SILVA, 2010 p. 230).

O capitalismo de mercado ou a mercantilização da economia é entendido como resultado de um processo com diversos desdobramentos dos quais se destacam: o efeito prescritor das ideias liberais; o rompimento com a compreensão do tempo embasado nos ciclos da

---

<sup>3</sup> Declaração de reajuste salarial 2018 do Sindlimp – Sindicato dos empregados e das empresas prestadoras de serviço de asseio e conservação no município de Florianópolis. Disponível em: <[http://www.sindlimpfloripa.com.br/arquivos/t-tfpcgucpxs\\_tabela\\_salarial\\_2018.pdf](http://www.sindlimpfloripa.com.br/arquivos/t-tfpcgucpxs_tabela_salarial_2018.pdf)>. Acesso em 21 jan. 2018.

natureza e sobretudo a dinâmica entre as práticas e a situação socioeconômica dada que fundamenta o uso do conceito de classe.

Na segunda parte, abordamos como essas tendências refletem no mercado de trabalho brasileiro a partir das decisões de políticas econômicas voltadas para a sua aplicação nas relações empregatícias. Dessa forma, conceituamos os aspectos condicionantes deste processo como consequente precarização das relações de trabalho e como essa precarização reflete no mercado, carregada de diferenças históricas, culturais e socialmente construídas como, por exemplo, as diferenças de gênero.

Segundo Bezerra Gemma, Fuente-Rojas e Barbosa Soares (2017), para vários autores, especialmente os dedicados às pesquisas de gênero e trabalho, a presença da mulher aumentou de forma consistente e significativa, mas não acompanhou a diminuição das desigualdades profissionais entre homens e mulheres.

Na terceira parte, problematizamos a formação das crenças compartilhadas entre os trabalhadores. A análise se volta aos aspectos contextuais das experiências e das práticas laborais dos trabalhadores e das trabalhadoras terceirizados para o setor de limpeza da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nesse sentido interessou-nos investigar como se constroem as condições de trabalho e suas negociações entre trabalhadores terceirizados, a empresa contratante e a instituição onde atuam.

Os temas e os assuntos abordados foram organizados, portanto, nesses três eixos de análise, pensados no sentido de trazer os elementos centrais da teoria articulados com os dados obtidos em campo, que constituem, a saber: 1) as características do capitalismo de mercado e suas consequências humanas 2) repercussão no mercado de trabalho brasileiro 3) Influência nas experiências e nas práticas de atores reais inseridos em contexto real e como refletem nas suas pretensões de trabalhos futuros. A questão central que orienta a análise é: como a terceirização afeta os planos de futuro desses trabalhadores?

## 2 ASPECTOS GERAIS DO CAPITALISMO DE MERCADO

Analisaremos primeiramente as características gerais do capitalismo de mercado e seu desdobramento em políticas econômicas de terceirização das atividades produtivas e trabalhistas. Abordaremos neste primeiro capítulo os condicionantes estruturais, aspectos gerais teorizados e que, portanto, segundo o referencial adotado devem ser considerados em termos de tendência.

A teoria sociológica demonstra o quanto a vida econômica tem ocupado o fator ou a justificativa de primeira importância nas interações sociais contemporâneas. Segundo Durkheim (1999, p. 8), “Enquanto outrora desempenhavam apenas um papel secundário (funções econômicas), hoje estão em primeiro plano”. Já segundo Bourdieu (1987, p. 6), “A teoria da utilidade marginal ressalta um fato histórico cultural: a tendência à racionalização que será cada vez maior e deverá determinar o destino de cada vez mais amplas camadas da humanidade”.

Polanyi (2000, p. 19), ao analisar a formação da economia capitalista de mercado, não pretende desenvolver um trabalho histórico, pois não centra em uma sequência de acontecimentos importantes, mas orienta sua explicação em termos de instituições humanas com o “único objetivo de lançar luz sobre assuntos do presente”. Dessa forma, considera uma utopia a separação do mercado das demais instituições sociais até se tornar uma esfera autônoma com pretensão de dominar o resto da sociedade pela transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadorias “fictícias”.

Ressalta, pois, que seria essa ideia utópica a matriz e fonte da ruína da civilização do século XIX. Tal civilização se fundamentava em quatro instituições: o padrão internacional do ouro; o sistema de equilíbrio de poder; o mercado auto regulável e o Estado liberal. Ainda que todos esses elementos fossem cruciais para compreensão do sistema institucional do século XIX, o equilíbrio de poder, o padrão ouro e o Estado liberal, foram modelados pela matriz comum do mercado autorregulável. No entanto, a ideia de autorregulação consistiu em uma inversão completa da tendência do desenvolvimento.

Para Polanyi (2000), um mercado autorregulável exige a separação institucional da sociedade entre as esferas econômica e política. Ainda que nenhuma sociedade possa existir destituída de algum tipo de sistema que assegure a ordem na produção e na distribuição de bens, isso não implica a existência de instituições econômicas separadas.

Normalmente a ordem econômica é apenas uma função social na qual a sociedade está inserida. Historicamente nunca se observou – nem

sob condições tribais, nem feudais, tampouco mercantis – o desenvolvimento de tal instituição econômica autônoma. Assim, realiza-se uma análise dupla: da gênese da sociedade contemporânea e do papel do Estado na criação dos mercados nacionais tão bem como as relações entre a história dos fatos econômicos e os efeitos das teorias econômicas na Inglaterra da Revolução Industrial.

Segundo Weber (2004) a ganância ilimitada de ganho sempre existiu onde quer que tivessem oportunidades objetivas para esta. O comércio, a empresa e o empresário capitalistas não só como ocasionais ou como uma série de empreendimentos individuais, mas como empreendimentos estáveis são muito antigos. O capitalismo se identifica pela busca do lucro sempre renovado por meio da empresa permanente, capitalista e racional, ou seja, se aproximaria mais de uma moderação racional para este impulso irracional. A ação econômica capitalista pode ser definida como aquela que repousa na expectativa de lucro pelas oportunidades de troca, ou seja, nas oportunidades pacíficas, sendo o cálculo do capital sempre feito em dinheiro, em termos de balanço.

Contudo o Ocidente desenvolveu uma forma diferente de capitalismo que nunca havia existido: a organização capitalista racional do trabalho livre (pelo menos formalmente), a organização racional do aprendizado das habilidades (WEBER, 2004).

Para Boltanski e Chiapello (2009, p. 35), retomando Weber, a principal marca do capitalismo atual, é “a exigência de acumulação ilimitada de capital por meios formalmente pacíficos”. O capital é repostado perpetuamente no circuito econômico com o objetivo de extrair lucro. Esse circuito consiste na transformação permanente do capital de equipamentos e de bens diversos em produção, de produção em moeda e de moeda em novos investimentos. Esse é o objetivo central: a riqueza é dissociada do seu valor de uso e valorizada pela sua liquidez.

Essa dissociação entre capital e formas materiais de riqueza contribui para perpetuar a acumulação na medida em que confere um caráter abstrato ao processo. “Como o enriquecimento é avaliado em termos contábeis não existe limite nem saciedade” (Ibidem, Idem). A insaciedade também se relaciona aos efeitos nocivos da concorrência, que ameaçam os lucros e o poder de compra:

A capacidade que o capitalista tem de recuperar sua aplicação aumentada pelo lucro está perpetuamente ameaçada por outros capitalistas [...] Essa dinâmica cria inquietação e motivo de auto conservação para continuar infindavelmente o processo de

acumulação (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p. 36)

Dessa forma, o sistema capitalista se torna absurdo para os assalariados que perderam a propriedade do resultado de seu próprio trabalho e para os próprios capitalistas presos a um processo infundável de satisfação. Para estes dois protagonistas a inserção no processo capitalista carece de justificações. Neste sentido, a missão fundamental do capitalismo para se manter é se justificar, lançando na arena pública novos critérios de justiça, constantemente cobrados quando a sociedade exige coerência da nova situação.

Destes novos critérios de justiça, segundo Wacquant (2003), está a nova doxa penal vinda dos Estados Unidos. A ascensão do Estado penal durante as três últimas décadas não seria uma resposta ao aumento da criminalidade que permaneceu constante em termos globais, senão aos deslocamentos provocados pela redução de despesas do Estado na área social e urbana, e pela imposição do trabalho assalariado precário como nova forma de cidadania para aqueles encerrados na base da polarizada estrutura de classes. A pobreza do Estado social sobre o fundo da desregulamentação suscitaria e necessitaria da grandeza do Estado penal.

Assim, nessa gesta pública de segurança criminal, as palavras e as ações anticrime devem ser colocadas em cenas exageradas, dramatizadas e mesmo ritualizadas, o que a aproxima estreitamente da gesta pornográfica, pois a segurança não é concebida e executada por ela mesma, mas com a finalidade de ser exibida e vista como um espetáculo.

Nesta perspectiva, o manejo da lei-e-ordem está para a criminalidade como a pornografia está para as relações amorosas: um espelho que deforma a realidade até o grotesco, extraindo artificialmente os comportamentos delinquentes da trama das relações sociais nas quais estão enraizados ignorando deliberadamente suas causas e seus significados e reduzindo seu tratamento a uma mera sequência de iniciativas previsíveis, acrobáticas, resultante do culto do desempenho ideal mais do que da atenção pragmática do real. Esse tratamento midiático de exibicionismo penal resulta da retração gradual da rede de segurança social iniciada no começo dos anos 1970, como parte da reação contra os movimentos progressistas da década anterior, culminando, em 1996, a conversão do direito ao bem-estar (“*welfare*”) na obrigação ao trabalho sub-remunerado (*workfare*) projetado para dramatizar e inculcar a ética do trabalho na base da estrutura de emprego.

A desvalorização do ponto de vista sociológico, substituído pela retórica viril da lealdade e da responsabilidade pessoais, é feita sob

medida para desviar a atenção da retirada do Estado das frentes econômica, urbana, escolar e da saúde pública. A repentina preocupação com a segurança que atinge a maior parte dos países pós-industriais desde o final do século XX é fundamentada pela generalização da insegurança social e mental produzida com a difusão do trabalho assalariado e dessocializado (WACQUANT, 2003).

A tendência da predominância e da sobrevalorização das funções econômicas em detrimento das relações sociais, foca a análise nos aspectos objetivos (abstratos) de tais interações. No entanto, não explorando a gênese de tais aspectos, parte destes como pressupostos, ou seja, como fatos dados e estáticos. Segundo Bourdieu (1987, p. 8), é focar no *opus operatum* sem analisar o *modus operandi*: “Seria preciso tornar-se cego para reduzir os agentes econômicos a simples reflexos das estruturas objetivas e para deixar de pôr a questão da gênese das disposições e das condições econômicas e sociais desta gênese”.

As consequências destas medidas, tomadas a partir do econômico enquanto esfera autônoma “não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade” (POLANYI, 2000, p. 18), acarretando nos “conflitos incessantemente renascentes e desordens de todo tipo de que o mundo econômico nos dá o triste espetáculo” (Durkheim, 1999, p. 7).

A visão redutoramente econômica do mundo, não é privilégio de economistas. O economicismo é a visão dominante também de todas as ‘pessoas comuns’ no sentido de ‘não especialistas’, ou seja, das pessoas que não são ‘autorizadas’ pelo seu capital cultural e jargão técnico, a falar com autoridade sobre o mundo social. É isso que faz do economicismo a ideologia dominante do mundo moderno (SOUZA, 2009, p. 18).

Se acabou por crer que as trocas têm em si mesmas um papel decisivo, equilibrador que igualam pela concorrência os desnivelamentos. “Há uma parte de verdade, uma parte de má-fé, mas também de ilusão. Pode-se esquecer quantas vezes o mercado foi manipulado ou falseado, o preço arbitrariamente fixado pelos monopólios de fato ou de direito?” (BRAUDEL, 1987, p. 41). Braudel mesmo crendo nas virtudes e importância de uma economia de mercado não acredita em seu reinado exclusivo, e se instruídos pela experiência os pesquisadores não defendem mais as virtudes automáticas do *laissez faire*, o mito não se apagou na opinião pública e nas discussões políticas da atualidade.

## 2.1 LIBERALISMO COMO EFEITO DA TEORIA

Embora os autores supracitados contemplem diferentes ênfases nas características do capitalismo atual, as consequências tendem para um alto preço de desarticulação social. Para Polanyi (2000), o liberalismo econômico interpretou mal a história da Revolução Industrial porque insistiu em julgar os acontecimentos sociais a partir de um ponto de vista econômico. A Revolução Industrial foi apenas o começo de uma revolução mais extrema com um novo credo totalmente materialista que acreditava que todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos com o dado de uma quantidade ilimitada de bens materiais. O “sistema ideal” na nova economia de mercado exigia uma abnegação impiedosa do status social do ser humano. A ideia de mercado autorregulável implica uma completa utopia:

Permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural resultaria no desmoronamento da sociedade. Esta suposta mercadoria, “a força de trabalho”, não pode ser impelida, sem afetar também o indivíduo que acontece ser o portador dessa mercadoria peculiar. Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema disporia também, incidentalmente, da entidade física, psicológica e moral do “homem” ligado a essa etiqueta (POLANYI, 2000, p. 94-95).

Durkheim (1999), no início do século XX, já considerava que o grave estado de anomia em que se encontravam as relações econômicas decorria do desenvolvimento que estas funções adquiriram nos últimos dois séculos. Diante das funções econômicas, as funções militares, administrativas e religiosas tenderiam a recuar e apenas as funções científicas estariam em condição de disputa. Ainda assim a ciência cada vez mais teria seu prestígio condicionado à medida em que serve para as profissões econômicas. “Uma forma de atividade que tomou tal lugar na vida social não pode, evidentemente, permanecer tão desregulamentada, sem que disso resulte as mais profundas perturbações. E em particular uma fonte de desmoralização geral” (Ibidem, p. 8).

Assim, a ausência de qualquer disciplina econômica estende seus efeitos para além do próprio mundo econômico e acarreta uma diminuição da moralidade pública. Como as funções econômicas absorvem um número cada vez maior de cidadãos e tal meio é pouco marcado pela

moralidade, a maior parte da existência transcorreria fora de qualquer ação moral. Visto que os humanos por natureza não são propensos à auto coação, prevalece apenas a regra do interesse próprio nas ocupações que preenchem quase todo o nosso tempo:

Porque é impossível que os homens vivam juntos, estejam regularmente em contato, sem adquirirem o sentimento do todo que formam por sua união sem que se apeguem a esse todo, se preocupem com seus interesses e o levem em conta em sua conduta. Ora esse apego a algo que supera o indivíduo, essa subordinação dos interesses particulares ao interesse geral, é a própria fonte de toda a atividade moral (DURKHEIM, 1999, p. 8).

Sennett (2003) também considera um impacto moral dessa tendência sobre o caráter pessoal. Aponta, pois, o caráter pessoal enquanto valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros, e como os traços pessoais que dão valor a nós mesmos e são os mesmos pelos quais buscamos que os outros nos valorizem.

O novo capitalismo flexível impõe complexas questões sobre o caráter pela dificuldade em decidir um valor duradouro, como também pela dificuldade em buscar metas de longo prazo em uma sociedade impaciente e orientada para o curto prazo. Não há como manter lealdades e compromissos mútuos uma vez que as instituições vivem se desfazendo ou sendo continuamente reprojatadas. Esse esquema de curto prazo das instituições modernas limita o amadurecimento da confiança informal (Sennett, 2003).

Para Souza (2009), essa hegemonia do economicismo serve ao encobrimento dos conflitos sociais mais profundos e fundamentais da sociedade brasileira: a sua nunca percebida e menos ainda discutida “divisão de classes”. O economicismo liberal, assim como o marxismo tradicional, percebe a realidade das classes sociais apenas “economicamente” – no primeiro caso como produto da “renda” diferencial dos indivíduos e, no segundo, como “lugar na produção”.

A equação equivale, em verdade, a esconder e tornar invisível todos os fatores e as condições sociais, emocionais, morais e culturais que constituem a renda diferencial, confundindo, ao fim e ao cabo, causa e efeito. Esconder os fatores não econômicos da desigualdade é, portanto, tornar invisível as duas questões que permitem efetivamente



“compreender” o fenômeno da desigualdade social: a sua gênese e a sua reprodução no tempo.

O mercado, qualquer que seja, ou, ainda, mais especificamente a maneira concorrencial de mercado, seria dotada de um ajustamento espontâneo, maximizador de bem-estar econômico e conseqüentemente do bem-estar social. A iniciativa privada toma forma de não corruptível em detrimento das instituições públicas. Nesse sentido, é sempre importante considerar o efeito prescriptor que as ideias liberais alcançam. “Na verdade, a força do liberalismo economicista, hoje dominante entre nós, só se tornou possível pela construção de uma falsa oposição entre mercado como reino paradisíaco de todas as virtudes e o Estado identificado com a corrupção e o privilégio” (SOUZA, 2009, p. 16).

Nessa teoria dominante, segundo Durkheim (1999) a divisão do trabalho está associada ao desejo do homem em aumentar sem cessar a sua felicidade. No ambiente do capitalismo seus defensores anunciam que o rendimento se eleva conforme o trabalho se divide, supõe-se, então, que o ser humano necessita dessas coisas e é mais feliz quanto mais possui e é incitado a buscá-las. Portanto a divisão do trabalho progride por causas individuais e psicológicas e não seria assim necessário explicar as sociedades e sua estrutura.

A felicidade, um instinto simples e fundamental do coração humano, bastaria para explicar a divisão do trabalho e levaria à especialização. Mas a especialização supõe a presença simultânea de vários indivíduos em concurso, o que não é possível sem a sociedade. Em vez da sociedade ser a causa determinante da divisão do trabalho ela seria um efeito do fenômeno: a sociedade seria apenas o meio pelo qual a matéria necessária para a organização do trabalho dividido se realiza (Ibidem). Assim, a causa é considerada como uma representação antecipada dos efeitos produzidos pela divisão do trabalho, contribuindo para o equilíbrio das sociedades.

É importante ressaltar que nem a hierarquia, nem a divisão do trabalho nasceram com o capitalismo. A divisão social do trabalho e a especialização das tarefas é uma característica de todas as sociedades complexas e não um traço particular das sociedades industrializadas ou economicamente evoluídas. A divisão técnica do trabalho, tampouco, é exclusiva do capitalismo ou da indústria moderna. O que deve ser observado é o porquê a divisão do trabalho de tipo corporativo sucumbiu à divisão do trabalho de tipo capitalista, na qual a tarefa do trabalhador tornou-se tão especializada e parcelada (MARGLIN, 2001).

Como observa Durkheim (1999), a lei da divisão do trabalho é antiga e muitos pensadores perceberam sua importância, todavia a tomada

de consciência desta lei data do final do século XIX e o primeiro a tentar teorizá-la foi Adam Smith.

Um fenômeno hoje generalizado vai no sentido de mecanismos poderosos, grandes agrupamentos de forças e extrema divisão do trabalho, as ocupações são cada vez mais separadas e especializadas. “Alguns cientistas veem nela a lei superior das sociedades humanas e a condição do progresso. Mas a divisão do trabalho não é específica do mundo econômico: podemos observar sua influência crescente nas regiões mais diferentes da sociedade” (DURKHEIM, 1999, p. 2).

Segundo Polanyi (2000), a hipótese de Adam Smith em seu clássico “A riqueza das Nações”, de que a divisão do trabalho na sociedade dependia da existência de mercados, da “propensão do homem de barganhar, permutar ou trocar uma coisa pela outra”<sup>4</sup>, teve um efeito discursivo potente e foi sustentada por preconceitos que induziu seus seguidores a uma postura estranha diante da história primitiva: ‘nenhuma leitura errada sobre o passado foi tão profética sobre o futuro’ (Polanyi, 2000: 63).

Ao indicar que o homem primitivo não tinha uma psicologia capitalista, mas sim comunista, os historiadores econômicos se interessaram apenas pela história recente relegando a economia primitiva à pré-história. Tal relação subjetiva não poderia ocorrer na ciência. E como “tudo pode ser considerado como tendendo para o estabelecimento do que eventualmente foi estabelecido” (POLANYI, 2000, p. 64), as diferenças entre povos civilizados e não civilizados foram exageradas na esfera econômica privilegiando a economia de mercado.

Para Sennett (2003), Adam Smith foi um pensador mais complexo do que a ideologia capitalista o fez parecer. Ainda que considere a separação entre casa e trabalho – a mais importante de todas as modernas divisões de trabalho –, Smith reconhece que a decomposição de tarefas condenaria os trabalhadores individuais a um tédio mortal em um serviço mesquinho. Em certo ponto, a rotina se tornaria autodestrutiva, porque os seres humanos perderiam o controle sobre seus próprios esforços e a falta de controle sobre o tempo de trabalho significaria morte espiritual.

## 2.2 O CONTROLE DO TEMPO

Segundo Thompson (1998), o controle do tempo é a chave para a compreensão da Revolução Industrial, haja vista que na sociedade

---

<sup>4</sup>SMITH, Adam. *A riqueza das Nações*. Vol. I. Coleção "Os Economistas". São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 73

capitalista o relógio passou a ser o protagonista da relação dos homens com o tempo. A noção de tempo para o lavrador que trabalhava segundo o tempo circular das estações do ano foi atropelada pelo tempo linear. No trabalho doméstico da vida rural prevalecia a orientação pelas tarefas, a irregularidade era a principal característica e não havia separação entre a vida e o trabalho. O prolongamento do dia estava relacionado com as tarefas que deveriam ser realizadas.

Esse tipo de trabalho não admitia cronograma preciso nem representativo, além de ser extremamente variado. O tempo circular do trabalho na agricultura, moldado pelas estações do ano ganha um caráter linear e rotineiro a partir da era industrial ao qual os trabalhadores só irão se adaptar à custa de uma mudança psíquica profunda na forma de significação do tempo e do trabalho.

Assim, a mudança na relação com o tempo e a formação da disciplina para o trabalho passa por três fases: a primeira de rejeição ao tempo linear dos relógios e às atividades no espaço fabril; a segunda etapa é a de acomodação psíquica em que os trabalhadores passam a utilizar os relógios de pulso e deixam de lutar contra o tempo, passando a lutar sobre ele. Na última fase, os trabalhadores estão totalmente adaptados à lógica capitalista e passam a reivindicar hora extra.

Para Druck et. al (2010) a inversão em relação aos ciclos da natureza é um processo contínuo de, no mínimo, quatro séculos. Este conduz a um despertencimento – socialmente produzido – que não se confunde com o despertencimento social anteriormente visto. Trata-se de um despertencimento de outro tipo: é um desenraizamento – interior e exterior – do ser humano em relação à natureza, é um desligamento profundo de si próprio que leva à dificuldade crescente em reconhecer-se enquanto ser da espécie. É a alienação de si mesmo enquanto ser humano gerado na/com a natureza. Este desenraizamento se expressa, por exemplo, na ruptura entre os tempos sociais do trabalho/vida e os biorritmos humanos, nas incompatibilidades entre os tempos/ritmos do capital e os tempos da natureza, de seus ciclos e mecanismos reguladores.

A flexibilização do trabalho acelera os tempos sociais, radicalizando este processo de inversão. Tanto o despertencimento social, quanto o desenraizamento em relação à natureza revelam o atributo inerente do capitalismo de ser um padrão civilizatório incapaz de incorporar os limites humanos e da natureza. Segundo Druck et al (2010) estamos em uma sociedade patogênica cujos tempos sociais são incompatíveis com os tempos da natureza, ou seja, com os ciclos de autorregulação dos ecossistemas e os biorritmos humanos (tempos de autorregulação biopsíquica).

Segundo Sennett (2003), o próprio sentido do trabalho está sendo alterado, o termo “emprego” está sendo substituído por “projeto” e por “campo de trabalho”. A carreira tradicional, que avança passo a passo, está fenecendo assim como a utilização de um único conjunto de qualificações no decorrer de uma vida de trabalho. As empresas se dividem ou fundem, empregos surgem e desaparecem, como fatos sem ligações. Em vez das organizações tipo pirâmide, hierárquicas, a administração quer agora pensar nas organizações como redes, horizontais. Essas podem ser mais facilmente decompostas ou redefinidas do que no contexto das vantagens fixas das hierarquias. As demissões tendem a estar baseadas em regras fixas e as tarefas do trabalho não são claramente definidas: a rede redefine constantemente sua estrutura (SENNETT, 2003).

Embora as transformações nas relações de trabalho adquiram na contemporaneidade uma dinâmica em rede, em detrimento da carreira tradicional, coexistem ainda organizações que se pautam sobretudo nas hierarquias fixas e execução de tarefas de forma repetitiva, associado ao modo taylorista de produção, fase considerada anterior, mas ainda presente nas relações de trabalho capitalistas. Esse é o caso dos trabalhadores terceirizados da UFSC, que executam diariamente a mesma rotina de funções com uma eventual possibilidade de variação na alocação dos prédios, mas não na execução das tarefas. Assim como a possibilidade de ascensão na hierarquia profissional dentro da própria empresa também não é considerada, no máximo consideram uma manutenção provisória no cargo já executado: 6 dos 13 entrevistados afirmaram que não pretendem continuar no trabalho, outros 4 afirmaram pretender continuar por pouco tempo e apenas 4 entrevistados (2 deles com idades acima dos 50 anos) afirmaram pretender continuar no mesmo trabalho.

No caso dos trabalhadores terceirizados para o setor de limpeza da UFSC as atividades que se iniciam às 7:00 da manhã e terminam às 16:48 são organizadas de acordo com o encarregado de cada equipe que também é o responsável pela distribuição do material de trabalho. Ao entrarem iniciam as atividades pela limpeza das salas de aula, antes que os professores e alunos entrem. Iniciada as aulas com os corredores mais vazios é realizada a limpeza dos banheiros, corredores e escadas.

Eles chegam as sete da manhã, eles têm quinze minutos de manhã para tomar o café, mas geralmente a gente dá um pouquinho mais 20 minutos, 25... né aí eles têm que ir pra sala de aula fazer toda a limpeza, aí o professor entra pra sala de aula, dão prioridade pros banheiros. No intervalo do almoço eles tem

das onze até o meio dia, a tarde eu dou mais um intervalo para eles  
(Entrevistada 12, dezembro de 2017).

São realizadas reuniões semanais entre as equipes separadas por centros e os encarregados, mas estes são os responsáveis pelo cálculo do material, do tempo e da quantidade de funcionários que demanda para a limpeza de cada prédio. A alocação dos funcionários deve ser organizada com o objetivo de suprir a demanda do prédio, às vezes com circulação grande de pessoas:

Eu acho que a gente tem pouco de intervalo para descansar. Pro tempo que a gente tem assim de trabalhar, muita coisa, eu acho pesado. Das sete até as onze ainda tá bom, agora do meio dia, que a gente entra na sala de aula, sai às duas da sala de aula, depois vamos pros departamentos outra vez... umas quatro horas que a gente para, porque a gente quer parar, porque tá morto, mas não porque pode (Entrevistada 3, julho de 2016).

Falta, não falta, né? Mas eu digo, assim, variedade, né? Qboa [água sanitária], essas coisas, têm tudo, o básico [tem], mas não tem variedade assim de produto... (Entrevistada 1, julho de 2016).

Estamos todos reunidos fazendo faxina em torno do prédio depois que termina a faxina, nossa encarregada vai dividir quem vai ficar com o quê. Mas em questão de material acho que a gente deveria ter mais, é pouco (Entrevistada 3, julho de 2016).

É mais a encarregada que decide (Entrevistada 4, julho de 2016).

O próprio fiscal, o próprio líder separa o trabalho pra nós, aí cada funcionário tem seu setor (Entrevistada 6, dezembro de 2016).

Não, imagina se nós escolhe [a quantidade do material de limpeza], já pensou? (Entrevistada 7, dezembro de 2016).

A desregulação social em curso é um processo de apagamento dessas noções culturais que protegem a vida humana – de crianças, jovens, adultos, idosos homens e mulheres – revelando uma das faces da perda da razão social do trabalho. O reconhecimento dos limites biopsicossociais dos seres humanos no trabalho (expressos nas leis trabalhistas, por exemplo) é fruto de um longo processo, nada linear (DRUCK et al 2010).

Para Thompson (1998), é necessário examinar com cuidado os componentes da cultura: ritos, modos simbólicos, o desenvolvimento do

costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho. Os componentes constitutivos da “cultura popular” que mais requerem atenção são as necessidades e as expectativas baseadas nos costumes. Esta transformação ou remodelagem da necessidade e esta elevação do limiar das expectativas materiais, juntamente à desvalorização das satisfações culturais tradicionais, prossegue hoje com pressão irresistível acelerada em toda parte.

Segundo Druck et al 2010, apesar dos avanços em relação aos primórdios das sociedades urbano-industriais há um contínuo processo histórico de inversão das relações da humanidade na/com a natureza no seio destas sociedades que afeta tal reconhecimento. Trata-se da consolidação dos padrões de produção e consumo fossilistas, fruto das três revoluções industriais que romperam com todas as formas de civilização anteriores, invertendo radicalmente a relação da humanidade com/na natureza. Através desta ruptura, estabelece-se uma nítida linha de continuidade no seio das sociedades capitalistas urbano-industriais desde o século XIX, em termos da violação dos limites dos ecossistemas e da destruição, revelando uma civilização inerentemente avessa à natureza e à vida “É possível e necessário mudar o padrão dominante de sociabilidade fundado na competição e divisar um mundo pautado na razão social do trabalho” (Ibidem, p. 33).

Sociedade e natureza são reabsorvidas uma na outra e uma pela outra porque ambas deixaram de ser um princípio interno de estruturação e diferenciação das ações naturais e humanas para se tornarem abstratamente “meio ambiente”. Meio ambiente instável e fluido, permeado por um espaço e um tempo virtuais que nos afastam de qualquer densidade material. Meio ambiente perigoso, ameaçador e ameaçado, que deve ser gerido, programado planejado e controlado por estratégias de intervenção tecnológica e jogos de poder (CHAUÍ, 2003, p. 7).

A forma atual do capitalismo, segundo Chauí (Ibidem) caracteriza-se pela fragmentação de todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas de luta de classes.

### 2.3 O CONCEITO DE CLASSE SOCIAL

Para Bourdieu (1987), se distanciar do pensamento dominante requer a análise de novas categorias ignoradas pelas pesquisas anteriores. A prática econômica também abriga referência à condição de classe, haja

vista que a transformação das práticas tem formas diferentes segundo as situações econômicas e sociais nas quais ela se realiza.

As práticas de cada agente têm como raiz comum a relação que esse agente mantém objetivamente – pela mediação do *habitus* que é produto de um tipo determinado de condição econômica – com o futuro objetivo e coletivo que define a sua situação de classe. Segundo o autor, somente uma sociologia das disposições temporais pode superar a questão tradicional da transformação das condições de existência -se antecedem e condicionam a transformação das disposições ou o oposto – e determinar como a condição de classe estrutura a experiência dos sujeitos sociais, começando por sua experiência econômica sem tomar determinações mecânicas da consciência adequada e explícita da verdade objetiva da situação.

A teoria da prática, proposta por Bourdieu (1996a), evoca que os objetos de conhecimento são construídos e que o princípio dessa construção é o sistema das disposições estruturadas e estruturantes que se constitui na prática, e é sempre orientado para funções práticas. O *habitus* não se opõe menos à necessidade mecânica do que à liberdade reflexiva, às coisas sem história das teorias mecanicistas do que aos sujeitos sem inércia das teorias racionalistas. À visão dualista é preciso opor a lógica real da ação que coloca em presença duas objetivações da história, a objetivação nos corpos e a objetivação nas instituições ou dois estados do capital cultural: objetivado e incorporado.

O conjunto de usos históricos do conceito de *habitus* o designam por um sistema de disposições adquiridas, permanentes e geradoras. No caso de Bourdieu, os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, “sem em nada ser o produto de obediência a algumas regras e sendo coletivamente orquestradas sem ser produto da ação organizadora de um maestro” (BOURDIEU, 2009, p. 87).

Sistema adquirido de esquemas geradores, o *habitus* torna possível a produção livre de todos os pensamentos inscritos nos limites inerentes às condições particulares de sua produção. Por meio dele, a estrutura da qual é o produto, governa a prática por meio das pressões e dos limites originariamente atribuídos às suas invenções. Capacidade de geração infinita e, no entanto estritamente limitada, o *habitus* só é difícil de ser

pensado se permanece confinado às alternativas do determinismo e da liberdade. O *habitus* é uma capacidade ilimitada de engendrar toda a liberdade que sempre tem como limites as condições historicamente e socialmente situadas de sua produção.

Se a gênese do sistema das obras ou das práticas engendradas pelo mesmo *habitus* não pode ser descrita nem como desenvolvimento autônomo de uma essência única e sempre idêntica a si mesma, nem como criação contínua de novidade, é porque se realiza na e pela confrontação necessária e imprevisível do *habitus* com o acontecimento. É, ainda, por que o *habitus*, como toda arte de inventar, permite produzir práticas em número infinito e relativamente imprevisíveis, mas limitadas em sua diversidade. Ou seja, sendo o produto de uma classe determinada de regularidades objetivas, o *habitus* tende a engendrar todas as condutas razoáveis do senso comum que são possíveis nos limites dessas regularidades, porque são objetivamente ajustadas à lógica característica de um campo determinado, do qual antecipam o porvir objetivo (BOURDIEU, 2009).

Classe de condição de existência e de condicionamentos idênticos e semelhantes, a classe social em si é inseparavelmente uma classe de indivíduos biológicos dotados de mesmo *habitus*, como sistema de disposições comum a todos os produtos dos mesmos condicionamentos. Ainda que se desconsidere que todos os membros da mesma classe tenham feito as mesmas experiências na mesma ordem, é certo que todo membro da mesma classe tem muito mais possibilidades do que qualquer outro membro de se ter deparado com as situações mais frequentes para os membros desta classe.

O *habitus* encerra a solução dos paradoxos do sentido objetivo sem intenção subjetiva: ele está no princípio desses encadeamentos de golpes que são objetivamente organizados como estratégia sem ser o produto de uma verdadeira intenção estratégica, o que suporia que eles sejam apreendidos como uma estratégia possível dentre tantas outras (BOURDIEU, idem).

Basta evocar outras formas possíveis da relação entre as disposições e as condições para ver no ajustamento antecipado do *habitus* às condições objetivas de “um caso particular do possível” e evitar, assim, universalizar inconscientemente o modelo da relação quase circular de reprodução quase perfeita que não vale completamente senão no caso em que as condições de produção do *habitus* e as condições de seu funcionamento são idênticas ou homotéticas.

Consequentemente tendem a garantir, fora de qualquer cálculo racional e de qualquer estimativa consciente das possibilidades de



sucesso, a correspondência imediata entre a probabilidade *a priori* que é atribuída a um acontecimento de experiências subjetivas e a probabilidade *a posteriori* que pode ser estabelecida a partir da experiência passada (BOURDIEU, 2009).

Segundo Lahire (2002, p. 17), o conjunto das diversas teorias da ação tem dois grandes polos: o da unicidade do ator e o de sua fragmentação interna. O interesse da primeira posição está expresso em Pierre Bourdieu quando observa que sua teoria do *habitus* permite construir e compreender de maneira unitária as dimensões da prática que frequentemente são estudadas em ordem dispersa.

Entretanto, isso leva a insistir exclusivamente no aspecto unificador do *habitus*: o gosto está no princípio do estilo de vida, conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem na lógica específica de cada subespaço simbólico a mesma intenção expressiva. Este tipo de exemplo que condensa o conjunto das propriedades estatisticamente mais ligadas a um grupo social, é útil para ilustrar modelos macrossociológicos. No entanto pode se tornar caricatural quando não tem mais status de exemplo, mas é tomado como um caso particular do real. Além disso, se os cruzamentos das pesquisas nos indicam propriedades mais ligadas a um grupo ou categorial social, não diz que cada indivíduo que compõe o grupo – nem sequer a maioria deles – reúne a totalidade ou mesmo maioria dessas propriedades.

A noção de classe em Thompson (1987) é dada como relação histórica, fluída, que escapa à análise ao tentar imobilizá-la em um momento para avaliar sua estrutura. A experiência de classe é determinada em grande medida pelas relações de produção nas quais se nasce ou se entra involuntariamente; já a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais, como tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais, assim a consciência, diferente da experiência, não é determinada.

Para o autor, pode-se encontrar uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não determinar uma lei, pois “a consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma” (THOMPSON, 1987, p. 10). Ao afirmar que a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns herdadas ou partilhadas, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem e geralmente se opõem aos seus, demonstra o caráter dinâmico da ideia de classe como resultado de lutas sociais.

Nenhuma categoria histórica foi mais incompreendida, atormentada, transfixada e desistoricizada do que a categoria de classe social: uma formação histórica auto definidora que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta, foi reduzida a uma categoria estática ou a um efeito de uma estrutura ulterior, na qual os homens não são os autores, mas os vetores (THOMPSON, 1981).

Wood (2002) considera que existam apenas duas únicas formas de se pensar classe: como um local estrutural ou como uma relação social. Atribui à primeira a ideia de estratificação em uma estrutura hierárquica diferenciada por critérios econômicos. A segunda noção de classe, de cunho marxista presente em Thompson, remete à classe como um fenômeno visível apenas no processo. O conceito de classe enquanto processo enfatiza que as relações objetivas com os meios de produção são significativas ao passo que estabelecem antagonismos e que geram lutas que formam a experiência social em forma de classe.

Em vez de definir e tentar explicar os atores por meio de atributos estáveis, é colocado em evidência de que modo “os atores podem elaborar discursos sobre sua própria ação” (BOLTANSKI, 2000, p. 55). Para Wood (2002), a riqueza desta proposta metodológica consiste em explicar a motivação subjetiva dos atores envolvidos no exercício de suas ações que escapam aos radares da “gramática economicista” e em buscar o desenvolvimento de modelos analíticos capazes de construir o objeto de análise a partir de experiências vividas, sentidas e experimentadas pelos atores. Imagina-se, portanto, que os indivíduos, ainda que limitados e norteados por valores e interesses que condicionam e possibilitam a sua ação, sejam capazes de identificar e de determinar razões para suas decisões. Esta visão serve como referência nesta pesquisa para explorarmos as experiências vividas de trabalhadoras e de trabalhadores do serviço terceirizado de limpeza da UFSC.

### 3 MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

A sociologia do trabalho na América Latina, segundo Leite (2012), considerou o fato fundamental de que os nossos países se inseriam no processo de globalização de uma forma diferente dos países centrais, o que acarretava implicações também diversas nas relações e nas condições de trabalho. Portanto, para se adequar a nossa realidade, a sociologia do trabalho na região emerge com um forte lastro nas teorias da modernização, elegendo como tema básico a transição de uma sociedade agrária e tradicional a sociedade urbano-industrial, adotando, para tanto, algumas especificidades de desenvolvimento teórico e metodológico com relação as sociologias do trabalho europeia e norte-americana das quais se alimentaram.

Os temas estiveram marcados pela análise das possibilidades de nossas sociedades alcançarem o nível de desenvolvimento econômico e social atingido pelos países industrializados. Essa vinculação com a economia do desenvolvimento terá consequências importantes no plano teórico ao conferir à análise um caráter determinista e estruturalista, evidenciado na busca por explicar as características das relações de trabalho em nossos países por meio de fatores de ordem estrutural, como a natureza dos processos de formação de classe e das relações sociais e políticas da sociedade em seu conjunto (LEITE, 2012).

Os estudos seguintes apontaram que, ao subsumir a explicação do comportamento operário aos fatores de ordem estrutural, as pesquisas desta primeira fase acabaram por promover o desaparecimento do sujeito social e a prática operária foi pouco considerada. Embora a problemática que orientava estas pesquisas tivesse um importante conteúdo sociológico, elas subordinaram seu olhar à economia, obscurecendo o caráter político do comportamento dos atores sociais.

Os temas não se diversificam em relação aos da primeira fase (greves e atuação sindical), mas o embasamento teórico se volta para a dimensão política dos movimentos e para a atuação dos trabalhadores enquanto sujeitos coletivos (WEFFORT, 1972; JELÍN, 1974; LEITE, 2012). Esse enfoque permitiria conhecer melhor as motivações dos trabalhadores e o sentido de suas práticas sociais.

Cardoso (2013) demonstra a importância de uma análise sociológica sobre a dinâmica do mercado de trabalho para a compreensão de processos que são dados como homogêneos. Trata das estruturas ocupacionais e das suas dinâmicas de médio e de longo prazo, bem como os movimentos estruturais submersos que mantêm parte substancial dos trabalhadores em condições ainda precárias. Considerar indicadores de

melhoria econômica geral sem desagregar os grupos sociais presentes no meio dos dados, nos impede de compreender os fatores não econômicos das desigualdades persistentes.

A herança do desenvolvimento econômico brasileiro desigual que nunca universalizou a regulação pública da atividade econômica, está hoje inteiramente integrada nos circuitos de valorização do capital. Uma análise acerca das definições convencionais de mercado de trabalho entre “formal” e “informal” já demonstra a limitação da aplicação e do consenso sobre o termo. A financeirização do capitalismo tornou o uso de tais conceitos inadequado, por impedir a compreensão entre os vários elementos do sistema (ibidem).

Esta delimitação ainda supõe uma distinção cabal entre “formal” e “informal” como mundos desintegrados e propõe a reintegração dos “informais”, carregando o termo com um viés negativo e ignorando o entrelaçamento dos elementos de coordenação entre os dois segmentos. Portanto são definições estáticas que misturam realidades heterogêneas, ignoram situações fronteiriças e os mecanismos internos de funcionamento das regiões socioeconômicas nas quais a regulação institucional está menos densa (ibidem).

Em contraponto, Cardoso (2013) nos propõe uma analogia da ordem econômica capitalista atual com uma galáxia em espiral com um buraco negro no centro. Essa imagem reforça a tese defendida de que a delimitação convencional do mercado de trabalho não nos fornece uma imagem suficientemente próxima da complexidade do capitalismo financeiro. Os segmentos podem ser vistos como locais onde as regulações institucionais estão mais ou menos rarefeitas com um centro coeso e fortemente regulado.

A ideia do autor é a do capitalismo como um complexo globalmente integrado composto de ambientes cujos elementos de coordenação têm densidade variável. O centro se alimenta de muitas maneiras da circulação de mercadorias pela periferia e por piores que estas e as relações de trabalho que sustentam a produção sejam, não há segmentação ou dualidade na dinâmica do capital (ibidem).

As pessoas e o capital transitam entre esses mercados mais ou menos regulados, e essas transições demonstram que em última instância são partes complementares de um mesmo sistema. O trânsito dos trabalhadores é intenso porque a estrutura econômica nunca gerou posições assalariadas para todos os demandantes. Segundo o Censo demográfico, 40% da população informalmente empregada em 2010 não era empregável no mercado formal de trabalho por falta de qualificação, indicando que parte desse ambiente rarefeito acolhe trabalhadores que

podem ser considerados como reserva de força de trabalho para o ambiente mais adensado (ibidem).

As relações pessoais e familiares se mostram mais densas do que em outros ambientes, no caso dos meios de acesso às ocupações dos jovens entre 10 e 17 anos, 87% foram contratados por meio de relações pessoais; e no caso dos idosos com 60 anos ou mais, a proporção é de 95%. Quanto mais longínqua a periferia, mais rarefeitos os mecanismos de coordenação e mais eles repousam na confiança tecida nas redes de sociabilidade que coordenam as trocas, que, sem respaldo jurídico, estão ancoradas em relações de confiança.

Como afirma Cardoso (2013), em ambientes de regulação rarefeita, as relações econômicas na maioria das vezes não podem ser distinguidas de mecanismos pessoais de subordinação, dominação ou lealdade. Assim, as ocupações nos locais de regulação rarefeita não são ausentes de coordenação, mas sim de mecanismos institucionais de regulação. A confiança informal neste caso pode assumir papel central substituindo o Estado como elemento de coordenação das ações de mercado. Na periferia ganham centralidade os elementos típicos da sociabilidade sem que os demais estejam ausentes.

Na dinâmica de procura por trabalho, os laços das relações pessoais são fundamentais. Assim, como veremos, os trabalhadores e as trabalhadoras terceirizados conseguiram seu emprego por meio de redes de contato interpessoais. Mais da metade dos entrevistados – oito de treze – afirmaram ter recebido a informação sobre a oferta de trabalho de amigos, de familiares ou de conhecidos.

Foi indicação, porque meu irmão e minha sobrinha trabalham já aqui  
(Entrevistada 1, julho de 2016).

Foi por um amigo, ele me disse, “Ah, vai lá que eles tão pegando pessoas esse horário pra trabalhar”. Daí eu vim (Entrevistada 2, julho de 2016).

O meu foi através de uma pessoa que trabalhava aqui (Entrevistada 4,  
julho de 2016).

Olha, eu foi através da minha irmã, ligaram pra ela para essa vaga, aí ela não podia e me indicou (Entrevistada 6, dezembro de 2016).

Eu foi por uma amiga, daí mandou eu ir na empresa, daí eu fui  
(Entrevistada 7, dezembro de 2016).

Indicação do José, que tinha sido meu chefe... (Entrevistado 9, março de 2017).

Eu foi por um conhecido, que me falou da vaga (Entrevistada 10, julho de 2017).

Na verdade eu consegui esse emprego através da minha mãe que já trabalhava aqui há muitos anos (Entrevistada 12, dezembro de 2017).

A tese sobre os laços fortes das redes sociais é desenvolvida por Mark Granovetter, um dos pioneiros da Nova Sociologia Econômica e representante do enfoque estrutural do mercado visto como constituído de redes interpessoais. O pesquisador identifica as formas de inserção social das ações econômicas e a influência destas relações sociais nos resultados econômicos (RAUD, 2005).

Em particular, considera necessário acrescentar aos pressupostos básicos do comportamento do ator econômico, as “motivações não econômicas”. Segundo Raud (2005), dizer que “a ação econômica é uma forma de ação social”, significa que, para Granovetter, além dos objetivos econômicos, os atores perseguem também objetivos sociais, como a sociabilidade, o reconhecimento, o estatuto e o poder.

Ainda de acordo com Raud (*ibidem*), Granovetter discorda de Polanyi e dos substantivistas em geral de um lado e dos formalistas de outro, haja vista que as duas visões – a primeira que considera a ação econômica na sociedade industrial totalmente desenraizada e a segunda que considera o desenraizamento marca de toda a história humana – são equivocadas.

Granovetter toma o caminho do meio e considera a ação econômica não tão desenraizada na sociedade moderna e nem totalmente enraizada nos modelos anteriores, segundo o autor, a única forma de entender a ação econômica é analisando o seu contexto. Tanto os laços dizem respeito às relações pessoais do indivíduo, aos laços fortes sobre as relações pessoais mais imediatas como familiares e amigos e aos laços fracos, em que os laços são mantidos com os conhecidos colocando o indivíduo em universos sociais distintos (*Ibidem*).

A nova sociologia econômica visa mostrar nos mercados os vínculos sociais concretos, localizados e determinantes de suas dinâmicas, bem como mostrar como sua autorregulação depende da própria maneira como a interação social ocorre. O caráter formalmente impessoal dos mercados não impede que eles sejam construídos por

formas concretas de coordenação, constituindo este o objeto principal de análise.

Granovetter celebra a expressão “força dos laços fracos” (ibidem), mostrando como o mercado de trabalho funciona com base em relações que não têm nenhuma semelhança com a neutralidade impessoal do mercado neoclássico, e considerando os mercados como resultado da organização de certos atores e não de seu contato efêmero em uma instância ocasional. Seus trabalhos enfatizam, portanto, a ação social dos atores que participam da formação dos mercados

Ainda segundo Raud (2005), Granovetter como representante do enfoque estrutural de mercado considera sua constituição a partir de redes interpessoais e se empenha em identificar as formas de inserção social das ações econômicas e a influência destas relações sociais nos resultados econômicos, mostrando as dimensões conflituosas do mercado, no entanto, concentra sua análise essencialmente na ação racional em finalidade e não aborda a influência dos valores culturais.

Para Granovetter, as ações dos atores sociais são, portanto, condicionadas pelo seu pertencimento às redes de relações interpessoais e o mercado não consiste em um jogo livre de forças abstratas de oferta e de procura entre atores atomizados e anônimos, mas em um conjunto de ações estreitamente imbricadas em redes concretas de relações sociais. A análise de rede poderia fornecer uma resposta alternativa às questões centrais da teoria neoclássica como, por exemplo, o mercado de trabalho, o desenvolvimento econômico ou a própria formação dos preços, na medida em que as redes pessoais agem como canal de circulação de informações, a posição de um indivíduo na rede, assim como a qualidade da rede, são elementos fundamentais.

Nesta abordagem, o homem econômico no sentido estrito, aquele que procura as oportunidades de emprego diretamente no mercado, está em desvantagem diante do "homem social", que utiliza seus contatos pessoais como meio de encontrar novas oportunidades. A abordagem das redes de relacionamento, como proposta por Granovetter, lança novas possibilidades de compreensão do mercado de trabalho, calcando a análise fortemente na ação e nos processos sociais.

### 3.1 FLEXIBILIZAÇÃO

Dentre os aspectos gerais apontados por tais referenciais como transformações de âmbito mundial, está a maior flexibilização das relações trabalhistas resultante de um mercado globalizado e que se desenvolve em redes dinâmicas e cada vez mais autogerenciáveis, com

finalidade objetiva de ganho econômico associado ao crescimento em números absolutos, independente das discrepâncias na distribuição desses ganhos.

Conforme observa Bilac (2014), nos anos de 1990, o país passou pelo ajuste econômico e pela transformação produtiva engendrada pelo neoliberalismo, marcados pelo crescimento pífio da economia, como também pelo aumento da precarização e da flexibilização do trabalho em uma situação na qual a informalidade já era estruturalmente significativa; e marcados, ainda, por mudanças expressivas no sindicalismo e por um retrocesso nas políticas sociais e na proteção social.

Seria alentador abordar o trabalho como meio de vida e de conquista da dignidade humana. Poder divisar o alívio do esforço/sofrimento no trabalho em face dos avanços tecnológicos e do conhecimento científico na história da humanidade. Contudo, o que se constata no mundo real do trabalho é um distanciamento crescente entre práticas organizacionais e direitos sociais conquistados (DRUCK; FRANCO; SELIGMANN-SILVA, 2010 p. 230).

O cenário social e econômico propício para a crise do modelo de trabalho regulamentado é marcado pelo declínio e pela transformação dos modelos fordistas e tayloristas de produção, que chegam inclusive a se mesclar. O fordismo é caracterizado pelo período que compreendeu o pós-guerra, entre os anos 1945 até o fim dos anos 1970, também conhecido como a “Era de Ouro do capitalismo”.

De fato, esses anos ficaram marcados pelo compromisso fordista, isto é, um compromisso entre o capital, o Estado e os trabalhadores, de forma a permitir a reprodução do sistema econômico. Nos países da Europa Ocidental, a busca pela emancipação da classe trabalhadora fora substituída pela construção de programas de seguridade social, como políticas de saúde, de educação e de redução da jornada de trabalho (ANTUNES, 2009; 2010; JACQUES, 2015).

Desde as últimas três décadas do século passado, o paradigma do trabalho encontra-se sujeito à profundas transformações, e a crise da sociedade fordista destaca-se como uma realidade vivenciada em muitos países. As consequências para os indivíduos que vivem do trabalho podem assumir contornos perversos como, por exemplo, o desemprego de longa duração ou mesmo a incerteza de gerir suas próprias profissões. Em seu estudo sobre as transformações no trabalho do mundo



globalizado, Leite e Salas (2014) sublinham o processo de flexibilização a que o trabalho vem se submetendo.

Elas (essas tendências) têm engendrado novas formas de organização do trabalho, baseadas na empresa enxuta e no processo de externalização da produção, com a conseqüente terceirização de parcelas da atividade produtiva e do trabalho, geralmente acompanhado pela precarização dos contratos e das condições de trabalho (LEITE; SALAS, 2014, p. 87).

Sennett (2003) aponta que a especialização flexível é caracterizada pela colocação cada vez mais rápida de produtos variados no mercado e serve à alta tecnologia. Essa forma de organização da produção exige rápidas tomadas de decisão e a disposição de deixar que as mutantes demandas do mundo externo determinem a estrutura interna das instituições. Neste regime flexível, as mudanças nas redes, nos mercados e na produção que utiliza permitem a concentração de poder sem a sua centralização.

Segundo Sennett (idem), a reinvenção das instituições busca tornar o presente descontínuo com o passado. Atualmente a repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilidade produzem novas estruturas de poder e de controle, em vez de criar condições que nos libertem. A flexibilidade é designada em termos de comportamento humano como a capacidade de se adaptar às circunstâncias variáveis sem ser quebrado por elas. O sistema de poder que se esconde nas modernas formas de flexibilidade consistiria em três elementos: a especialização flexível de produção, a concentração de poder sem a sua centralização e a reinvenção descontínua de instituições.

A sociedade moderna estaria em revolta contra o tempo rotineiro e burocrático, que pode paralisar o trabalho, o governo e outras instituições. A nova linguagem da flexibilidade exige dos trabalhadores que sejam ágeis, abertos à mudanças a curto prazo e que assumam riscos constantemente, dependendo cada vez menos de leis e de procedimentos formais.

Ainda de acordo com Sennett (2003), a flexibilidade muda o significado do trabalho com suas novas maneiras de organizar o tempo, sobretudo o tempo do trabalho. O singular na incerteza de hoje, é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeadada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. A instabilidade pretende ser normal e normativa.

Para o autor, atacando a burocracia rígida e enfatizando o risco, a flexibilidade estaria dando às pessoas mais liberdade para moldar as suas vidas, no entanto, em verdade, a nova ordem impõe novos controles em

vez de apenas abolir as regras do passado, causando ansiedade dado que as pessoas não sabem quais riscos serão compensados e que caminho seguir.

A crença da prática administrativa moderna é a de que as redes elásticas são mais abertas à reinvenção decisiva do que as hierarquias piramidais, como as que governavam a era fordista. O termo conhecido para essas práticas é “reengenharia” e o fato mais destacado na reengenharia é a redução de empregos. Na operação dos mercados modernos, a demolição de organizações se tornou lucrativa. E “embora não possa ser justificável em termos de produtividade, os retornos à curto prazo para os acionistas proporcionam forte incentivo aos poderes do caos disfarçados pela palavra reengenharia” (SENNETT, 2003, p. 57).

Grün (1999), por sua vez, destaca a propagação destas tendências em sua investigação para conhecer as novas orientações dos membros da classe média assalariada brasileira. Como observa, o entendimento de reengenharia toma forma de instrumentos organizacionais impostos por entidades desencarnadas, mas onipresentes na cena empresarial dos anos 90. Essa reengenharia porta a dinâmica que irá conduzir ao desemprego e logo, correlativamente pela “necessidade cognitiva de se pensar um mundo desejado” (Ibidem, p. 122), tem-se a ideia de “qualidade total” que adquire a virtude de premiar os esforços internos.

O autor encontra, portanto, duas ordens de legitimidade contrastantes: o modelo de empresa 1 do convívio em simbiose, de harmonia com o meio ambiente, da empresa hierárquica e o modelo 2, da visão de empresa neoliberal, da empresa horizontal voltada ao valor acionário. “Na década de 90 quebram-se as técnicas da boa administração, privilegiando o modelo de empresa 2 de retorno máximo no curto prazo e aproveitamento de novas possibilidades de investimentos em outros ramos” (Ibidem).

Grün (1999) ainda constata que a visão de mundo que sustenta o modelo 2 estava contida e irrompeu do tecido industrial existente, pois ainda que fossem pouco aparentes, os princípios do mercado apareciam nas disputas internas das organizações. No entanto, o conflito não se desenvolvia em todo o seu potencial. A relevância do modelo 2 aumenta devido ao contexto econômico dos anos 90, marcado pela contração da economia e pelo ciclo de privatização de empresas estatais, sobretudo em decorrência da reestruturação organizacional de empresas que se encontravam em dificuldades. A coexistência não pacífica dos modelos de empresa 1 e 2 – do convívio em simbiose e neoliberal respectivamente – demonstra a dinâmica cultural do conflito.

Nesta análise da disputa entre as forças simbólicas e econômicas que fundamentam as duas visões de empresas, os acontecimentos econômicos só podem ser entendidos como resultado de oscilações simbólicas que apontam caminhos possíveis para a atualização de organizações existentes na sociedade e que se espriam pelo tecido social mudando as referências que organizam as percepções.

### **3.1.1 Trânsito de trabalhadores**

Ao voltar a análise para a circulação intensa de trabalhadores pelos mercados metropolitanos, Cardoso (2013) considera a existência de um mercado de trabalho intermetropolitano entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. A migração entre as duas metrópoles que seguem como principais parceiros empresariais, ainda que pareça baixa em termos proporcionais, é expressiva em valores absolutos (4,6 milhões em 23 anos).

A migração pode ocorrer como mudança de longo curso na estrutura econômica, alterando a configuração dos empregos disponíveis em determinada região metropolitana. Se os mercados são complementares, os trabalhadores se deslocarão conforme considerarem mais vantajoso manter sua qualificação ou profissão. Por outro lado, se os mercados são competitivos, o trabalhador se deslocará conforme a vantagem do salário oferecido, mas essas explicações são insuficientes para o fluxo migratório laboral, pois as informações não estão igualmente disponíveis a todos e a migração das classes populares, bem como a obtenção do emprego, depende sobretudo dos laços fortes das redes sociais (GRANOVETTER, 2003; RAUD, 2015).

Para Cardoso (2013), a análise acerca da qualidade dos empregos também não pode se deter apenas na diferenciação de segmentos “formal” e “informal,” ainda que o último seja mais tradicionalmente precarizado. O mercado de trabalho ofereceu historicamente empregos precários com salários baixos, com alta rotatividade e com baixa qualificação das ocupações.

Segundo o autor, essas características não são exclusivas às ocupações ditas “informais”, o mercado de trabalho brasileiro sempre foi flexível e precário ao longo do tempo. Aponta, pois, que esse cenário se deve a uma combinação de fatores, entre eles a alta concentração da propriedade fundiária e os baixos índices de participação da indústria na geração de empregos (o pico é de 25% nos anos 80, atualmente abaixo de 15%).

A combinação de grandes fluxos populacionais, como a migração da área rural para a urbana entre os anos de 1940 e 1970, concentrou nas cidades massas de migrantes com altas taxas de analfabetismo que excedeu em mais de 2 vezes o número de empregos formais criados no mundo urbano e trouxe consequências sentidas até hoje.

Somado as condições precárias dos mercados de trabalho, esse quadro gerou uma inércia populacional de longo prazo caracterizada por altos níveis de pobreza, de subemprego, de informalidade e de privação social e econômica. Ainda de acordo com Cardoso (2013), a urbanização significou aumento dos empregos com carteira assinada (60% da PEA em 2007) com relativa melhora das condições de trabalho em comparação com o emprego rural, mas essas taxas de formalização escondem variações importantes segundo sexo e, principalmente, idade dos trabalhadores.

Para os mais jovens, por exemplo, as relações assalariadas informais são condição transitória para uma boa proporção dos que a aceitam enquanto aguardam melhores posições e perdem importância à medida que eles ficam mais velhos, em favor de posições formais ou de conta própria. No caso dos trabalhadores com 40 anos ou mais, a chance de conseguirem um emprego “formal” é cada vez menor e boa parte dessa força de trabalho em processo de envelhecimento fica cada vez mais tempo nas ocupações “informais”. Para eles, perder o emprego regulado é quase sempre perder a chance de retornar para outro emprego nesse segmento.

De acordo com Cardoso (2013), o ponto de vista do ordenamento do mercado de trabalho essas posições de trabalho não reguladas aparecem como um segmento, na medida em que os trabalhadores estão confinados a elas e não há comunicação ou circulação entre essas e as posições reguladas. Mas do ponto de vista dos trabalhadores e da sua experiência profissional, esse segmento não passa de um agregado estatístico com posições praticamente intercambiáveis para a faixa etária acima dos 40 anos, resultado de um mercado de trabalho com excesso de oferta que permite que as empresas optem pelos trabalhadores mais jovens.

Dos treze entrevistados todos começaram a trabalhar desde muito jovens, entre 14 e 17 anos, apenas um deles com registro de jovem aprendiz, os outros em acordos informais de prestação de serviços ou em negócios familiares:

Eu nem sei (com qual idade começou a trabalhar) por que eu sempre trabalhei, estudava e trabalhava; e fazia curso e trabalhava ao mesmo tempo

para ajudar a minha mãe, ela fazia roupa, trabalhava com a família. Agora carteira assinada mesmo comecei agora, foi meu primeiro emprego com carteira assinada aqui, eu tirei minha carteira aqui (Entrevistada 3, julho de 2016).

Eu trabalhava na lavoura, era na roça, eu tinha quinze anos (Entrevistada 8, março de 2017).

Comecei com 17 anos, trabalhava de diarista sem carteira assinada (Entrevistada 10, julho de 2017).

Comecei a trabalhar desde pequena com limpeza na casa das pessoas do bairro, aí comecei a trabalhar de babá com meus quinze ou dezesseis. Quando eu fiz dezoito anos eu tive meu primeiro emprego de terceirização, que era de limpeza também, trabalhei quatro anos. Aí saí por conta da minha filha que estava passando por uns problemas de saúde, eu tenho dois filhos (Entrevistada 13, dezembro de 2017).

Para Cardoso (2013), a experiência no assalariamento não registrado ou em posições por conta própria funcionam como porta de entrada e como reservatório de mão de obra para o mercado de assalariamento regulado. E ainda que nesse período o assalariamento regulado estivesse em expansão no Brasil, a dívida social de décadas de precariedade permanece alta. O desafio do país é incorporar as novas gerações e encontrar formas de acomodar na estrutura produtiva e na dinâmica social as pessoas que vivem na pobreza.

Tijoux e Retamales (2015) investigam trajetórias laborais de imigrantes peruanos no Chile, refletindo sobre o “lugar à parte” no qual estes imigrantes permanecem apesar do aparente êxito por terem encontrado posição no mercado de trabalho. Ao avançarem nas conversações, observam o surgimento de certo mal-estar e desajuste por parte dos entrevistados que se refletia nos gestos e nos movimentos dos corpos. Conforme os autores, essa sensação de estrangeirismo dos imigrantes peruanos no Chile tem sua origem em disputas histórico políticas.

Para a construção identitária, apontam Tijoux e Retamales (2015), o limite e a oposição com o diferente tem um ponto central. Em um primeiro momento, essa oposição se deu com os povos indígenas e, em um segundo momento, a construção teve lugar ante um estrangeiro no sentido moderno estatal-nacional. É essa complexa base que condiciona até os dias atuais as posições sociais e simbólicas das pessoas provenientes do Peru, ou seja, para que elas se adequem ao mercado de trabalho no Chile é necessário uma constante denegação de sua identidade

peruana, o que as afasta do seu grupo de pertencimento sem que haja qualquer garantia de sua inserção social entre os chilenos, daí os constantes relatos de solidão e de sofrimento psíquico deste “lugar à parte”.

Resalta-se, portanto, que estar inserido no mercado de trabalho não representa uma trajetória de trabalho necessariamente exitosa. Os dados oficiais escondem a “ralé” por de trás de categorias ocupacionais de teor liberal, uma vez que contam com a autoclassificação do trabalhador e com o seu lugar em posições formais do mercado como “com carteira” e “sem carteira”, “sendo que a única classificação que compreende a hierarquia real do mundo do trabalho é ‘qualificado e desqualificado’” (SOUZA, 2009, p. 38).

### **3.1.2 Formação das hierarquias**

Para Druck et al. (2010), apesar dos elevados patamares tecnológicos alcançados em todo o planeta, o mundo da produção continua, predominantemente, estruturado e se movendo pela acumulação de capital e lucro. Isto leva à progressiva hipotrofia e à perda da razão social do trabalho.

Essas transformações que se dão de certa forma de fora para dentro dos Estados Nacionais, tem gerado acirrada discussão sobre o papel dos arranjos nacionais no contexto da globalização. Segundo Leite e Salas (2014), a polêmica ocorre entre aqueles que consideram não haver mais espaço para uma regulação nacional e os que acreditam que, embora a globalização crie constrangimentos à política nacional, a dinâmica interna das nações segue importante na definição dos caminhos seguidos pelos diferentes países.

Dessa forma, são afirmadas e reafirmadas para a reprodução da ordem vigente e sentidas sem possibilidade de contrapartida. No entanto essas tendências “dependem também da correlação de forças entre os vários atores sociais, da sua capacidade de ação e mobilização e, em consequência, de decisões políticas que podem ser mais ou menos favoráveis ao trabalho” (Ibidem, p. 87).

Segundo Druck et al. (2010), ocorreram avanços históricos nas sociedades urbano-industriais capitalistas que resultaram em direitos sociais. Entretanto, ao concentrarmos nossa análise no momento atual, constatamos retrocessos sociais importantes em relação às três décadas anteriores, traduzidos na crescente precarização do trabalho.

A lógica produtiva permanece a mesma que regia as relações entre capital e trabalho no século XIX, aprofundando a apropriação privada da

riqueza socialmente gerada e dos elementos da natureza, consolidando o mercado como eixo da sociedade. Esta lógica limita, e no limite extingue, as possibilidades do trabalho se constituir um meio de desenvolver a dignidade, a solidariedade e as potencialidades do ser humano.

Por sua vez, Marglin (2001) observa que se a autoridade hierárquica for indispensável para atingir uma produtividade elevada, a realização no trabalho será, no máximo privilégio de uma pequena minoria e isso independente do regime social e econômico. Logo, conclui que a organização hierárquica do trabalho não tem como função social a eficácia técnica, mas a acumulação.

A hierarquia apresentada nas relações de trabalho pesquisadas realmente se mostrou confusa para a maior parte dos entrevistados auxiliares de limpeza, o que nos poderia levar a questionar a efetiva necessidade da sua formulação tão largamente estruturada:

Tem o encarregado, tem o gerente, tem o supervisor. Eu não entendo quem é o quê, só entendo que a encarregada tá abaixo do supervisor e o gerente tá acima, aí tem o encarregado, tem o supervisor, tem o supervisor dos supervisores e tem o gerente (Entrevistada 3, julho de 2016).

Tem a Rita não, a Rita ela é tipo a.... A supervisora meio que manda ela cuidar nós, meio que mandar em nós... (Entrevistada 1, julho de 2016).

Como se fosse uma coordenadora (Entrevistada 2, julho de 2016).

Para as encarregadas (duas encarregadas nível 2 e uma nível 1), a formação da hierarquia estava melhor esclarecida:

É uma hierarquia né, funcionário, encarregado, supervisor e depois gerência. Existe encarregado nível 1 e o nível 2. Eu sou o nível 1 que eu tenho que ter, no máximo 35 funcionários. Nível 2 pode ter até 300 funcionários (Entrevistada 12, dezembro de 2017).

Além de não necessariamente tencionar uma conotação negativa nessas relações. Se estabelecem ressalvas as regras como uma solidariedade de convívio espontânea e que também possui certo cálculo racional ao se focalizar na objetivação da qualidade do serviço executado:

Por causa da minha equipe que eu trabalhava, por causa dos meus amigos, da minha encarregada que eu gostava muito (Entrevistada 13, dezembro de 2017).

A gente faz uma dinâmica com eles pra poder conseguir o que a gente quer. Tem funcionário que vem alterado a gente vai pergunta se tá acontecendo alguma coisa, a gente tem um apelido carinhoso com cada um. Como hoje tivemos uma reunião e não apenas pra cobrar, mas também agradecer, dar um elogio, todo mês eles têm uma avaliação. Isso, porque a gente acaba também vendo a necessidade, tem funcionário que ajuda a gente, aí se ele precisa faltar, ir no médico, às vezes a gente arrisca nosso emprego. Mas assim eu faço isso porque eu sou humana (Entrevistada 12, dezembro de 2017).

Além desse aspecto dissonante da teoria com a prática na formação das hierarquias, os entrevistados também apontam para a dificuldade de estabelecer a divisão do trabalho na prática, em relação à demanda e remuneração, exatamente como o estabelecido em contrato:

A única diferença é que o nível dois ganha mais porque tem mais funcionários. Só que assim o encarregado nível dois ele não chega a ter esse excesso de funcionários, porque aqui a gente só tem, se eu não me engano, 345 ou 380 funcionários. Então às vezes ele acaba passando de mim, o quê, por dois funcionários. Não é uma grande diferença. Eu sou nível 1 só que os meus centros são mais complicados, o CCE é um setor muito exigido, tem muita demanda de aluno, o socioeconômico também. São lugares críticos que a gente se incomoda mais. Têm aqueles lugares que o nível dois tem, vamos supor, 50, mas dependendo dos setores é um pouco mais calmo do que esses lugares, que tem mais alunos (Entrevistada 12, dezembro de 2017).

Mas as hierarquias ainda se formam entre os próprios funcionários sem atribuição formal ou contratual de autoridade. Na própria rotina de trabalho os *antigos* receberiam uma supervisão menos rigorosa em relação a execução das tarefas do que os *novatos*:

É mais aquela questão, assim, “Ah não pode fazer tal coisa”, mas funcionário antigo pode, né? Aí impõe aquela coisa pro novato sendo que os funcionários antigos não fazem, não sei se você me compreendeu. Às vezes, tipo, “Ah não pode tal coisa”, mas aí os antigos podem, aí ensina a coisa pros novatos que não podem, mas eles fazem e não tem problema, meio que assim, né? (Entrevistada 2, julho de 2016).

### 3.2 TERCEIRIZAÇÃO

Em 31 de março de 2017, foi sancionado pelo presidente Michel Temer o projeto de lei que regulamenta a terceirização no país. Anteriormente era permitido terceirizar apenas as atividades-meio, ou seja, atividades de apoio como, por exemplo, de serviços e de limpeza, de



recepção, de telefonia, de segurança e de informática. O discurso do período era o de que as empresas deveriam terceirizar as atividades-meios para “focar as atividades fim” (DRUCK; FRANCO, 2008), e foi suplantado pelo projeto de lei mencionado. “A nova lei da terceirização (lei n. 13.429) que regulamenta a terceirização para a atividade-fim, ou seja, a atividade principal da empresa” (ALVES, 2017).

Segundo Marcelino (2004), o início da terceirização, como se configura atualmente, ocorreu nos Estados Unidos por volta de 1940, quando foram estabelecidas alianças industriais com países europeus para a produção de armamentos na Segunda Guerra. No Brasil, a terceirização começou a ser implantada com a vinda das empresas multinacionais, principalmente do setor automobilístico. Essa seria a forma mais amplamente difundida de terceirização: por meio das redes de fábricas fornecedoras, principalmente na indústria automobilística. A terceirização dos chamados serviços de apoio ou periféricos (limpeza, manutenção, alimentação etc.) é uma outra forma. Há também a terceirização da atividade-fim, das próprias áreas produtivas, fora e dentro da planta principal – externalização e internalização, respectivamente. Acontece, por sua vez, a quarteirização ou a terceirização em cascata quando uma empresa subcontratada subcontrata outras empresas.

Abreu, Benyon e Ramalho (2006), ao analisarem as mudanças que ocorreram no setor automotivo brasileiro na segunda metade dos anos 1990, observam um processo de reespecialização como padrão para esse tipo de investimento sob o intuito de se afastar dos centros urbanos com maior experiência de lutas trabalhistas. Tendo por campo de pesquisa uma fábrica da Volkswagen, em Resende (RJ), consideram que as discussões públicas no Brasil na época em que a fábrica foi implementada enfatizavam a sua natureza moderna e a contribuição que traria para o desenvolvimento das técnicas de produção automotiva.

As afirmações tanto da empresa quanto do governo foram marcadas pela retórica da transformação. Contudo o desenvolvimento tecnológico dentro da fábrica e as mudanças nas práticas de trabalho foram mínimas. Enquanto a retórica gerencial olhava para o século XXI, de dentro da fábrica as descrições das práticas lembravam a primeira parte do século XX (ABREU et. al., 2006, p. 78).

Como observa Costas (2015), para as entidades patronais como, por exemplo, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp),

a medida pode gerar milhares de novos postos de trabalho, como também ampliar a segurança jurídica para os que já prestam serviço como terceirizados, tornando a economia brasileira mais competitiva e impulsionando a criação de empregos no médio prazo. Para a entidade, as empresas ainda poderiam contratar trabalhadores mais especializados, o que geraria ganhos de eficiência.

No entanto, como apontam os sindicalistas ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), quatro em cada cinco acidentes de trabalho envolvem funcionários terceirizados. Esses empregados ainda receberiam salários 25% menores e trabalhariam 3 horas a mais por semana que os contratados. Logo, a aprovação do projeto promoveria a precarização das relações de trabalho no país e ceifaria direitos e conquistas da classe trabalhadora no Brasil (COSTAS, 2015).

Estudos do DIEESE (2007) também apontam para as consequências danosas aos que trabalham nestas condições. Entre os problemas vividos por estes trabalhadores estão: diminuição de salários; redução de benefícios sociais; diminuição da qualificação da força de trabalho; jornadas de trabalho mais extensas; piora das condições de saúde e de segurança no ambiente laboral; e, ainda, desorganização da representação sindical.

Segundo Bezerra Gemma, Fuente-Rojas e Barbosa Soares (2017), a terceirização surgiu como uma forma de organização do trabalho para a diminuição de despesas e de responsabilidades trabalhistas. Nessa nova configuração, as empresas contratam outras empresas prestadoras de serviço para desempenhar funções que não tenham relação direta com a sua atividade principal. Para Druck e Franco (2008), a terceirização é uma das principais formas da flexibilização do trabalho, pois consegue reunir e sintetizar o grau de liberdade que o capital dispõe para gerir, e, desta forma, dominar a força de trabalho.

O que justifica a terceirização para o capital produtivo é a busca por competitividade e a necessidade de inserção na ordem econômica mundial globalizada. Desta forma, seria fundamental a empresa fixar seus esforços apenas na atividade principal da sua produção. Do ponto de vista do capital, trata-se de uma necessidade para a superação das crises nacionais e para a sua própria sobrevivência (MARCELINO, 2004), em que o argumento sobre focalização na atividade principal da empresa não se sustenta mais, uma vez que as políticas econômicas adotadas recentemente legalizam a terceirização também para as atividades principais.

Nesse sentido, podemos considerar que o objetivo principal não seria um ganho de eficiência, mas uma redução significativa com custos

administrativos e com a força de trabalho ou ainda “no processo de reestruturação produtiva a terceirização tem o alcance de ao mesmo tempo diminuir gastos com a força de trabalho e promover a divisão entre os trabalhadores” (Ibidem, p. 3).

Desde que passou a ser admitida em atividades-meio de acordo com o Enunciado 363 do TST (Tribunal Superior do Trabalho) em 1993, a terceirização tornou-se a forma mais evidente de flexibilização da legislação trabalhista.

[...] Com a nova lei (lei n. 13.429), sancionada pelo presidente Michel Temer, que admite a terceirização também para as atividades-fim deve aumentar o percentual de trabalhadores terceirizados, podendo chegar a 2/3 do mercado formal de trabalho nos próximos anos (ALVES, 2017, p. 337).

Conforme Marcelino (2004), no Brasil a terceirização, amparada por uma legislação ambígua e baseada em vagos conceitos de atividade-fim e atividade-meio, se amplia continuamente desde a década de 1980. Em praticamente todos os ramos de trabalho, na indústria, no comércio e nos serviços, existem atividades que são realizadas por trabalhadores subcontratados. A terceirização não é, contudo, uma estratégia importante somente para os capitalistas de países de economia dependente. De acordo com a posição de cada país na divisão internacional do trabalho, define-se o nível de sua inserção na reestruturação produtiva. No Brasil, o tripé neoliberal está alicerçado na desregulamentação financeira e do mercado de trabalho, na privatização e na abertura comercial.

Bernardo e Pizón (2017), em um estudo comparativo sobre a experiência de trabalhadores da área da saúde entre Brasil e Colômbia, identificaram no contexto colombiano, as problemáticas centrais no processo de transição induzido pela reforma que constituiu o atual sistema de saúde. Essas problemáticas traduzem-se na deterioração das relações com os usuários, bem como na configuração das equipes de trabalho, marcadas pelo contraste entre pessoas com diferentes vínculos empregatícios.

Esta última condição também é observada no contexto brasileiro, como produto da terceirização que tem se tornado um efetivo mecanismo para enfraquecer o Sistema Único de Saúde (SUS), para facilitar seu desmonte e para colocá-lo no mesmo caminho atualmente percorrido pelo sistema colombiano.

Druck e Franco (2008) igualmente relatam no polo petroquímico da Bahia uma relação de estigma e de exclusão entre os trabalhadores contratados diretamente e aqueles terceirizados. Destacam entre os efeitos políticos da terceirização uma discriminação entre trabalhadores contratados e terceirizados, inclusive a discriminação dos trabalhadores terceirizados realizada pela própria empresa com espaços demarcados e áreas proibidas de serem frequentadas.

Ao serem questionados sobre a percepção de alguma diferença no trato da comunidade acadêmica decorrente dessa contratação terceirizada, afirmaram não se sentirem discriminados e julgaram uma relação de respeito com os demais integrantes da universidade. Houve o relato de apenas uma situação referida como discriminação, mas dada por um caso isolado:

A pessoa não era terceirizada e falou isso: “Ai a guria chegou falou isso e isso pra mim, mas a guria é terceirizada querendo me falar isso” Pra mim, comigo nunca aconteceu. Ela falou foi com outra pessoa de outro prédio, mas com a gente nunca aconteceu (Entrevistada 3, julho de 2016).

Embora as falas não mencionem diferenças de tratamento quando observada a dinâmica da rotina dos e das terceirizadas da limpeza, é possível constatar que o trabalho é feito de maneira muito rápida (em particular quando se trata da limpeza das salas particulares dos professores e professoras, quando eles precisam solicitar que o/a ocupante espere do lado de fora até que a limpeza termine). Assim que finalizam o trabalho, eles retornam para a sala do café ocupada no segundo andar. Os terceirizados convivem entre si, mas convivem pouco com os outros funcionários da UFSC.

Para Alves (2017), com a expansão da terceirização deve-se aumentar a insatisfação com o trabalho, tendo em vista que a terceirização reforça a corrosão da relação entre o trabalhador e a sua atividade profissional, que se torna cada vez mais diluída, fazendo com que a sua identidade com o trabalho fique secundarizada, o que dificulta a formação do caráter do trabalho.

Ainda segundo o autor, as empresas de terceirização possuem um cadastro informatizado que permite mover os trabalhadores de uma tarefa ou empresa para outra, sem que estes estabeleçam qualquer vínculo de relações profissionais ou de sociabilidade com o local em que executam a atividade. Os trabalhadores são simplesmente empurrados de um casulo de atividades para outro e, tanto por isso, perdem aos poucos todo o interesse pelo ambiente em que efetivamente atuam. Seu vínculo é apenas

com o cadastro da empresa de aluguel, o que, em síntese, prejudica a identidade com a categoria profissional e com a própria representação sindical.

Isto é observado no setor de limpeza da UFSC: os trabalhadores estão alocados em um prédio, mas podem passar a outro conforme as demandas estabelecidas pela terceirizada e conforme o número de trabalhadores mobilizados no setor.

Quando a outra empresa saiu, ficou muito pouco funcionário, demorou formar equipe, de contratar. Agora... eu acho que agora vai ser suficiente o tempo, porque cada um vai ter um departamento diferente pra limpar, só aquele que ela decidir, porque tem bastante gente, antes não tinha, era bem puxado, mas agora tem uma equipe grande cada um vai ter o seu lado pra fazer, eu acho que vai ficar tranquilo (Entrevistada 3, julho de 2016).

Então às vezes a gente tira daqui bota ali pra poder suprir a necessidade do prédio né (Entrevistada 12, dezembro de 2017).

As consequências do impacto da terceirização no mundo do trabalho em poucos anos será o aumento da informalidade, da jornada de trabalho, da rotatividade, a redução da massa salarial, fechando-se o círculo da precarização das relações de trabalho no Brasil e aprofundou-se de maneira inaudita a flexibilização da contratação salarial. O processo de terceirização, baseado na redução de custos, fortalece as relações de trabalho mais heterogêneas, incluindo o trabalho por conta própria sem proteção social e a contratação de trabalhadores sem registro como forma de obter competitividade para sobreviver no mercado (ALVES, 2017).

Para Bezerra Gemma, Fuente-Rojas e Barbosa Soares (2017), o processo de globalização e da reestruturação produtiva trouxe mudanças na economia e com elas novas configurações nas relações de trabalho com a remodelação das formas de produção. Nesse sentido, os modos de organização deram outra ordem às relações sociais constituídas, provocando situações desfavoráveis para os trabalhadores, especialmente no setor de serviços.

Como apontam os autores, a crescente heterogeneidade e a precarização dessas relações trabalhistas se manifestam no aumento do desemprego e na perda da estabilidade laboral, bem como na intensificação das jornadas e dos ritmos de trabalho. Todas estas manifestações reduzem a proteção ao trabalhador, bem como ampliam a insegurança social em todos os âmbitos.

### 3.2.1 O setor de serviços

Segundo Alves (2017), outro efeito da abertura da legislação para a terceirização das atividades fins, deve ser o aumento da presença do setor de serviços na economia brasileira. Como aponta o autor, observa-se uma concentração grande e crescente dos terceirizados no setor de serviços ao longo da década de 2000 até 2016.

O setor de serviços – que é atualmente o setor que mais empregos têm gerado na economia – é marcado por requerer mão de obra com baixa qualificação, relações flexíveis de trabalho, terceirização de atividades, mobilização coletiva e sindicatos mais fracos. Não por acaso, a expansão deste setor se dá em compasso com a abertura comercial dos anos 90.

Nesse sentido, a literatura é fortemente inclinada a assumir a tese de que o grande setor de serviços é composto centralmente por atividades não produtivas. Um primeiro argumento consiste no fato de que o neoliberalismo promoveu uma transformação estrutural das empresas, expulsando de dentro das fábricas atividades que, fazendo parte da rede produtiva, ainda assim podiam ser terceirizadas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2002; DAL ROSSO, 2014).

Outro aspecto importante das relações nesse setor é que requer mais trabalhadores por conta própria, “embora o aumento do trabalho por conta própria revele um preocupante crescimento de um setor desprotegido de trabalhadores” (LEITE; SALAS, 2014, p. 96). É necessário, portanto, pessoas que se arrisquem, e para estimular essa disposição ao risco nos agentes econômicos, características empreendedoras são significativamente ressaltadas na opinião pública para que seja o mercado o único meio de ganhar a vida: ou arriscando por conta própria ou submetendo-se a subempregos com baixos salários.

Vale a pena sublinhar duas evidências que os dados trazem à tona. A primeira é a relativa estagnação da força de trabalho industrial, consequência das dificuldades que a indústria vem enfrentando nos últimos anos. A segunda consiste no constante aumento dos trabalhadores por conta própria; se levarmos em conta as suas condições de trabalho e especialmente o baixo rendimento que auferem, fica claro que as políticas em curso não têm bastado para diminuir essa forma precária de inserção ocupacional, o que significa, para a economia do país, um bolsão de trabalho de baixa produtividade (LEITE; SALAS, 2014, p. 98).

Tem-se considerado atualmente para o caso brasileiro, em relação aos setores dinâmicos da economia, um processo designado por desindustrialização. Em referência a Beluzzo, Leite e Salas (ibidem), “A ligeira estagnação observada no número de ocupados no setor industrial, que detêm os melhores postos de trabalho em termos de qualificação e remuneração, constitui uma tendência menos alvissareira, sinal de um preocupante movimento de desindustrialização”.

Esse movimento é considerado um retrocesso ao crescimento, pois tal setor movimentava bens manufaturados impulsionando a economia. No que se refere ao trabalho, o setor industrial é marcado no geral por ter considerável mobilização coletiva, sindicatos fortes, relativo poder de barganha dos empregados, por requerer mão de obra mais qualificada, salários mais altos, conquista e luta por direitos trabalhistas.

O setor agrícola vem redimindo postos de trabalho desde 1970, tendo-se juntado a ele, nos anos 1990, o setor industrial. O quadro que se está delineando é o da mais profunda mudança estrutural na economia brasileira, com a troca de posições entre a Agricultura e os Serviços em termos de geração de emprego. A agricultura respondia por 77% do emprego em 1949, tendo sua participação caído, monotonamente, até o patamar de apenas 17% previstos para 2010. [...] Por contraste à Agricultura, os Serviços – que representaram 12% do emprego em 1949 – chegarão a 2010 oferecendo mais de 60% das ocupações no Brasil (BÊRNI, 2006, *online*).

O setor de serviços cresce significativamente como empregador de mão de obra. Corroborando os dados acima, segundo a classificação empregada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo de 2000, tem-se que o setor primário é responsável pelo emprego de 18,7% da força de trabalho de 10 anos ou mais de idade no conjunto do país, a indústria por 21,4% e os serviços por 59,8%. Se aplicada “diretamente”, tal classificação para definir trabalhos que produzem valor, 40% da população estaria empregada em atividades produtivas e 60% em atividades não produtivas. Assim a produção de valor envolveria menos da metade da população empregada (DAL ROSSO, 2014, p. 76).

Na discussão contemporânea sobre transformação do trabalho, os temas da materialidade e produtividade de valores ocupam lugar de

destaque. Para que o valor seja realizado, a mercadoria necessita percorrer seu circuito completo, da produção ao consumo. Nas esferas de circulação, distribuição e consumo, a teoria é clara em estabelecer que valor não é produzido, e sim redistribuído. Assim, o trabalho em atividades comerciais e atividades que permitem o consumo das mercadorias não produz novos valores, somente permite a circulação e a realização de valores já criados. O trabalho em atividades do setor primário e do setor secundário da economia é, pois, elemento crucial para a concepção do valor. Entretanto, a divisão social do trabalho desloca trabalhadores das atividades primárias para secundárias e para terciárias. As atividades primárias saciam as necessidades das pessoas, entre as quais as de alimentação, enquanto as do setor secundário ampliam muito o horizonte das necessidades básicas para os desejos impulsionados pela fantasia, o que amplia as fronteiras para a acumulação de capital (Ibidem).

No Brasil, o setor terciário absorve grande quantidade de pessoas e torna-se uma alternativa de ocupação para trabalhadores que não encontram emprego em outros setores da economia, reforçando, assim, a tendência da terceirização, que deixou de ser exclusiva dos serviços de apoio ou das áreas periféricas (alimentação, limpeza, transporte e vigilância) para atingir também a produção em atividades consideradas centrais. “Mas o padrão de grande emprego em atividades de serviço não ocorre somente no Brasil como talvez na maioria dos países do mundo” (Ibidem, p. 76).

Em nossa pesquisa de campo, o setor de serviços, por não requerer no geral mão de obra especializada, conforme relato dos e das entrevistadas foi por onde iniciaram suas experiências trabalhistas, 12 dos 13 entrevistados (com exceção de uma trabalhadora que morava na *roça*): atendente de padaria, auxiliar de cozinha, camareira, serviços gerais em construção civil, garçomete, limpeza, auxiliar de consultório, encarregada de supermercado, posto de gasolina, office-boy, cuidadora de idosos, babá, foram as funções descritas por esses trabalhadores que iniciaram e que seguem neste setor.

Diante dessa multiplicidade de processos, expressão das intensas transformações na estrutura social, um aspecto relevante na dinâmica do mercado de trabalho no Brasil é que os últimos cinquenta anos marcaram, entre tantas mudanças significativas, a consolidação da mercantilização do trabalho. “Focalizar este processo, tal como desenvolvemos mais extensivamente em outra ocasião, equivale a descrever e explicar a propensão dos indivíduos a buscar sua sobrevivência no mercado” (GUIMARÃES et al., 2016, p. 18).



Os pontos colocados mostram a tendência universal de mercantilização inspirada nas políticas neoliberais adotadas pelos estados nacionais, sobretudo os periféricos. Esse fenômeno da propagação do mercado como único caminho viável é cunhado por Guimarães et al. (2016) como *mercantilização*, observado sobretudo com a mão de obra feminina.

### **3.2.2 Relações de trabalho e gênero**

Guimarães et al. (2016), ao analisar o fenômeno do crescimento do engajamento do trabalho feminino nos últimos anos, uma tendência marcadamente mundial, em que “a persistente tendência de aumento do número de mulheres integradas ao mercado de trabalho permite considerá-la como um fato irreversível” (HOLZMANN, 2000, p. 261), questionam se esse crescimento está atribuído de fato somente ao ingresso de um contingente maior de mulheres que recorrem ao mercado para oferecer sua força de trabalho ou, ao fato de a perspectiva dos órgãos oficiais de censo demográfico terem se modificado ao longo dos anos – processo razoável em qualquer ferramenta metodológica, mas em grande medida por consequência dos debates que se fizeram impor intelectualmente pela fundamentação empírica.

Os novos temas de destaque são a subjetividade dos trabalhadores frente às novas tecnologias, o das práticas sindicais voltadas para o enfrentamento dos novos problemas e, sobretudo, as relações de gênero nas empresas em processo de modernização. As orientações dos olhares de gênero já presentes na sociologia do trabalho latino-americana do final do período anterior, debruçaram-se especialmente sobre as possibilidades de inserção das mulheres e de diminuição das formas de discriminação de gênero no mercado de trabalho abertas pela nova realidade.

Embora algumas pesquisas tenham apontado uma possibilidade de abrandamento da discriminação, em virtude dos novos requisitos da tecnologia e da organização do trabalho que, por sua vez, tenderiam a privilegiar características do trabalho mais associadas à força de trabalho feminina (como mais aptidão para a polivalência, melhor capacidade de comunicação e maior escolaridade), a reprodução dos processos de discriminação nos novos ambientes de trabalho logo veio à tona e a incorporação das mulheres em setores modernizados da economia se fez de forma bastante precária (LEITE, 2012).

Grande papel tiveram na inclusão dessas pautas o movimento feminista da segunda metade do século XX que, como aponta Leite (2012, p. 258), “ao questionar a discriminação, os tabus, os preconceitos que

pesam sobre a mulher e buscar as raízes das práticas que a mantêm sob o domínio masculino, denunciou a especificidade da opressão da mulher em todas as esferas da vida tanto pública quanto privada”.

No âmbito acadêmico, ainda de acordo com Leite (2012, p. 259), os estudos de gênero permitiram mostrar que “a abordagem a partir das relações sociais de sexo, possibilita ampliar a visibilidade das estratégias de controle e exploração do capital, diversamente operacionalizadas para cada categoria de trabalhadores”. Ou, ainda, pelo “protagonismo das autoras feministas e das estudiosas das relações de gênero no sentido de bem qualificarem o caráter ‘sexuado’ de tal movimento” (GUIMARÃES; BRITO; BARONE, 2016, p. 25).

Segundo Cardoso (2013), ao analisar o mercado de trabalho no Brasil, no caso das mulheres podemos considerar duas grandes transformações nos últimos 30 anos. A primeira é a diminuição da desigualdade de gênero entre as faixas. A segunda transformação foi uma queda acentuada na diferença de renda entre os sexos, queda que se deve ao crescimento maior da renda das mulheres em uma realidade de crescimento generalizado da renda mediana.

De acordo com o autor, a desigualdade é também menor quanto mais jovens os ocupados, ou seja, homens e mulheres estão entrando no mercado em condições muito semelhantes, mas a taxa de desemprego das mulheres jovens é mais alta, e ser uma trabalhadora por conta própria ou empregadora é quase inexpressivo para elas. No dia internacional da mulher em 2018, foram divulgados os dados sobre a diferença salarial entre homens e mulheres no Brasil na mesma categoria profissional que permanece na casa dos 23%<sup>5</sup>.

Um aumento do crescimento da oferta de mão de obra feminina, se deve, além de uma tendência mundial, ao aumento da escolaridade entre as mulheres que superou a dos homens, haja vista que houve “ganhos de escolaridade da população engajada no mercado, especialmente entre as mulheres, caminharam paralelamente à retração do trabalho de crianças e adolescentes” (Ibidem, p. 25). Isto se deve à elevação do padrão da escolarização feminina, superando a dos homens, fenômeno observado também em outros países.

Aqui [no Brasil], as mulheres são a maioria dos alunos matriculados da 8ª série do ensino fundamental em diante. No ensino superior, são 54% dos estudantes. Os reflexos deste processo se

---

<sup>5</sup> Disponível em <http://1folha.uol.com.br/mercado/2018/03/salario-mais-baixo-para-asmulheres-reduz-o-crescimento-do-pais.shtml>.

manifestam no padrão de escolaridade da PEA no país: 23,2% das mulheres que a integram têm 11 anos ou mais de escolaridade, enquanto entre os homens essa proporção é de apenas 16,3% (HOLZMANN, 2000, p. 263).

No entanto, esse aspecto não foi suficiente para igualar as condições de trabalho que seguem uma tendência histórica e cultural de exploração e de precarização para alguns grupos mais marcadamente que para outros. Gemma et al. (2017) constatam que o trabalho no setor de serviços é majoritariamente realizado por mulheres.

Segundo Holzmann (2000), em referência a Holzmann (1985) e a Bradley (1989), estudos de categorias profissionais ou que tomam como objeto um determinado local de trabalho (fábrica, banco, estabelecimento comercial etc.) revelam uma outra forma de segregação, vertical, que atua sobre a mão-de-obra feminina, por meio da qual ela se concentra nos níveis mais baixos da hierarquia técnica, funcional e salarial na estrutura das empresas ou nas categorias ocupacionais.

Druck e Franco (2008, p. 102), por sua vez, corroboram estes dados a partir do estudo de caso na Bahia ao constatar como uma das novas modalidades da terceirização o trabalho à domicílio. Ainda que no plano internacional o trabalho à domicílio tenha sofrido transformações importantes, segundo uma análise de tabulações especiais da PNAD (1998) para o ano de 1995, que, dos trabalhadores que realizavam atividades em casa, 50 % trabalhavam em serviços de reparação, serviços domiciliares ou de diversões, 12% trabalhavam na indústria de transformação tradicional e apenas 1% em indústrias mais modernas. Ou seja, o trabalho à domicílio que ainda predomina nos setores mais tradicionais em condições precárias, constituído em sua maioria por mulheres (78,5%).

A vasta literatura flagrou diferenciais de resultados no mercado de trabalho entre homens e mulheres, e entre brancos e não brancos, sempre em detrimento de mulheres e de negros (GUIMARÃES et al., 2016). Ou, ainda, segundo Holzmann (2000), as consequências para a mão-de-obra feminina, da implantação dessas estratégias, têm sido registradas em inúmeros estudos de casos, que revelam a diversidade de situações em que a mulher é empregada pelo capital, nas quais um elemento comum é a condição de desvalorização dessa mão-de-obra, bem como a sua concentração em níveis inferiores quanto à qualificação, à valorização das tarefas e à remuneração, e, por fim, sua subordinação à autoridade masculina no local de trabalho.

Em nosso trabalho de campo, pudemos observar a presença preponderante de mulheres nas atividades de limpeza na UFSC. Dos 13 interlocutores da pesquisa, 11 eram mulheres; os homens seriam destinados pela própria empresa contratante sobretudo para às atividades de limpeza externa:

Não, os homens é mais a área externa. Pra trabalhar na rua, vidraçaria, homem é externa, é pra trabalhar na rua, eles já contratam assim (Entrevistada 6, dezembro de 2016).

Eu trabalho na parte externa, eu varro lá... Grama, calçada... (Entrevistado 9, março de 2017).

Aqui no meu setor só tem um homem que é externo, daí o resto tudo mulher. A empresa já contrata assim (Entrevistada 10, julho de 2017).

O engajamento da participação feminina no mercado de trabalho formal, também pode ser observado na pesquisa de campo pela quantidade de trabalhadoras, 5 de 11 entrevistadas, que responderam, ao serem questionadas sobre a ocupação das mães como: *dona de casa, do lar, trabalhava em casa*, demonstrando a mudança ocorrida no decorrer das gerações.

Um dos casos, em que a mãe exercia atividade remunerada (servidora pública) e o pai realizava as atividades domésticas e cuidava dos filhos foi relatado em meio a risos sugerindo o incomum da situação:

O meu pai era do lar (risos). Cuidava da casa, do lar né? (risos) (Entrevistada 6, dezembro de 2016).

Com esse aumento da participação feminina na força de trabalho, algumas características das relações familiares também se transformam. Bilac (2014) demonstra que na reflexão atual sobre a chamada “conciliação trabalho-família”, a responsabilidade pela reprodução cotidiana e geracional fica quase exclusivamente a cargo, vale dizer, das mulheres, o que passa a envolver de forma cada vez mais frequente a realização simultânea do trabalho doméstico (inclusive o cuidado dos filhos) e do trabalho remunerado.

No Brasil, segundo o autor, o caminho trilhado pela classe média e por parte das camadas populares para articular trabalho e família ou, em outros termos, para articular produção e reprodução foi, adotando a terminologia de Hirata e Kergoat (2007), o uso do “modelo de delegação”, qual seja: atribuir a uma outra mulher a realização do trabalho

doméstico. Logo, a responsabilidade pelas atividades domésticas é sentida de forma diferente pelas mulheres:

Casa sempre fica mais pra mulher, né? Ele é mais pros filhos, mais voltado pros filhos, se eu peço ele faz tudo, mas não é aquela coisa de ele chegar em casa e fazer, não, ele faz se eu pedir, isso é o normal, né? Homem é assim, não adianta.... (Entrevistada 6, dezembro de 2016).

É importante, de acordo com Bilac (2014, p. 138) enfatizar “um indicador notável de mudanças nas relações de gênero”, em que as famílias nucleares convencionais – de casais com filhos e provedor masculino – cedem lugar aos casais de dupla renda, com muitos ou sem filhos, em que as mulheres responsáveis pelos domicílios, com ou sem cônjuge. Nota-se, portanto, uma mudança na definição da responsabilidade por esses domicílios: se as famílias mono parentais (grupos de mãe e filhos ou de mãe, filhos e parentes) permanecem como condicionante significativo da responsabilidade feminina pelos domicílios, verifica-se, ao lado delas, o enorme crescimento dos domicílios ocupados por famílias nucleares (casais ou casais e filhos) que declaram ter uma mulher como responsável. Na nossa pesquisa 4 das 9 mulheres com filhos, eram separadas ou não tinham cônjuge.

Como aponta Gemma et al. (2017) em relação ao trabalho doméstico, fortemente marcado pelo trabalho de limpeza, em referência à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2011), eram 6,6 milhões de pessoas trabalhando em serviços domésticos no Brasil, das quais 92,6% eram mulheres, o que significa dizer que o trabalho doméstico corresponde a 16,8% da ocupação feminina.

A participação das mulheres no mercado de trabalho dentro desse tipo de serviço torna-se ponto de discussão. Sua participação é dada pelas condições de trabalho e pela estrutura de emprego, como, ainda, pela posição da mulher na sociedade e na família. A maioria dos empregos femininos caracteriza-se em atividades e/ou ocupações tais como: empregadas domésticas, vendedoras ou comerciantes autônomas, costureiras, professoras de ensino básico, enfermeiras, trabalhadoras de conservação de edifícios e/ou cozinheiras, entre outras.

Para Chillida e Cocco (2004), cada etapa do ciclo de vida familiar determina necessidades e possibilidades de trabalho que definem de alguma forma a situação da mulher em relação às atividades de produção. Mesmo ativa no mercado de trabalho, para a mulher ainda acrescenta-se o trabalho doméstico, a educação dos filhos, as atividades categorizadas como “não trabalho” e, supostamente, inerentes à condição feminina, que

implicam igualmente desgaste físico e mental, grande carga horária de trabalho e jornada dupla para a maioria delas.

As autoras chamam a atenção para a situação das trabalhadoras de serviços gerais, apontando que junto à condição de não qualificadas, fortalece-se na sua condição de mulher o papel da subordinação e da discriminação expresso no âmbito doméstico e no trabalho assalariado. Além de ocuparem os piores empregos, com condições de trabalho precárias, baixos salários e menos estabilidade, elas se veem sem tempo suficiente para pensar em seu cotidiano, para fazer planos para o futuro e para desfrutar atividades de lazer.

O trabalho de limpeza, ainda quando exercido longe do ambiente doméstico, frequentemente é realizado por mulheres, devido às questões históricas e culturais, como bem mostra Gemma et al. (2017) em referência à Souza-Lobo (2011), ao tratar da temática do desenvolvimento relacionando-o à divisão sexual do trabalho. Para os autores, ocorre uma subordinação social das mulheres evidenciada nas próprias relações de trabalho, nos baixos salários e na persistência da segregação ocupacional. Apontam, portanto, que aos homens ainda é reservado o direito de recusar determinados tipos de trabalho, o que não ocorre no caso das mulheres.

Em relação à execução das tarefas houve o destaque para o fato de eles serem dedicados:

Hoje eu tenho 5 homens, desculpa não desmerecendo algumas mulheres, mas são melhores que algumas mulheres, são mais detalhistas (Entrevistada 12, dezembro de 2017).

Tem área externa que são homens, mas nós temos nossos setores que têm homens e bastante. Não tenho problemas, fazem muito bem feito até (Entrevistada 11, dezembro de 2017).

Entretanto uma das encarregadas relatou ter problemas de disciplina e respeito à hierarquia quando responsável por uma equipe da área externa composta por homens:

A área externa sempre foi fiscalizada por homens, eu fui a única mulher que fiscalizou a área externa até hoje na UFSC. Eu fiscalizava onze homens, mas passei muito trabalho no início! Eles não admitiam que eu era mulher, eles falavam na minha cara que era porque eu era mulher. E eu bati muito de frente com eles: Então eu vou te mostrar como eu, desculpa, vou tá te mandando e tu vai ter que me engolir (Entrevistada 13, dezembro de 2017).

## 4 PRÁTICA DOS TRABALHADORES

A tendência liberal neomarginalista que tem orientado a maior parte das políticas econômicas recentes considera um benefício econômico e, então, social deixar as relações comerciais fluírem em contratos privados, sem intervenção estatal, inclusive no âmbito do mercado de trabalho.

Tais medidas se fundamentam na ideia de que essas forças se processam espontaneamente na sociedade que estará salva e próspera se a racionalidade econômica prevalecer nas interações humanas. Seria uma força econômica neutra e, portanto, politicamente justa a organização das relações econômicas isenta de influências políticas e sociais.

Segundo Bourdieu (1987), as análises que centram nos obstáculos da cultura ao desenvolvimento econômico de forma exclusiva e abstrata, presentes tanto em neomarginalistas, como em estrutural marxistas e etnólogos, toma forma de uma “abstração objetivista”, porque ignora que a desigualdade diante da racionalidade econômica ou dos ritmos desiguais da transformação das atitudes econômicas são fundamentalmente reflexos das desigualdades econômicas e sociais.

“A lógica das transformações das práticas toma formas diferentes segundo as situações econômicas e sociais nas quais ela se realiza” (Ibidem, p. 11). Por isso, a prática nunca deve ser ignorada e tampouco o critério universal de racionalidade faz sentido, haja vista que ao se interessarem (neomarginalistas, estrutural marxistas e etnólogos) exclusivamente e, portanto, abstratamente produzem a “ignorância das condições econômicas” (Ibidem).

Segundo Thompson (1981), nenhuma análise sociológica consegue oferecer um exemplo puro, tanto por isso a relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais:

Primeiro, a natureza inerentemente “aproximada” de todos os nossos conceitos e especialmente daqueles conceitos necessariamente “fixos” que surgem da análise de desenvolvimento social mutável, não-fixo, e a ela conduzem. Isto pode ser uma “banalidade” em sua “obviedade” [...] Mas para um historiador ou economista, é de fato (embora “óbvio” como teoria) excepcionalmente complexo: é uma obviedade que pode ser esquecida na prática com demasiada facilidade, e da qual precisamos ser lembrados (THOMPSON, 1981, p. 67).

Para Bourdieu (1989), é na relação com o futuro objetivamente inscrito nas condições materiais de existência que reside o princípio da distinção entre o subproletariado e o proletariado, tal como entre a disposição para a revolta das massas desarraigadas e as disposições revolucionárias dos trabalhadores organizados que, por sua vez, têm suficiente domínio do presente para empreender a retomada do próprio futuro.

Segundo o autor, as disposições revolucionárias são produzidas por uma categoria particular de condições materiais de existência objetivamente definida como estrutura particular de probabilidades objetivas – um futuro objetivo –, em que as disposições a respeito do futuro emergem como estruturas estruturadas e funcionam como estruturas estruturantes orientando e organizando a prática econômica assim como as representações políticas resignadas ou revolucionárias.

Centrar a análise no processo de adaptação das disposições às estruturas econômicas importadas e impostas, não significa sucumbir ao subjetivismo ou ao etnocentrismo. O novo sistema de disposições não é elaborado no vazio e não pode ser adaptado às exigências de nova situação objetiva senão ao preço de uma transformação criadora. Como não se transforma no mesmo ritmo das estruturas econômicas, disposições e ideologias diferentes coexistem na sociedade global.

Dessa forma, consideramos fundamental para o desenvolvimento da análise aqui proposta buscar os referenciais nas falas e nos comportamentos dos entrevistados do setor de limpeza da UFSC que correspondam às concepções em disputa na esfera social, política, econômica e, ainda, acadêmica, ou o que Grün (1999, p. 124) consideraria “um exercício que nos colocaria genericamente diante do problema da relação dos intelectuais e seus produtos ‘abstratos’ com a ‘dura vida material’”. Entrar no laboratório vivo da revolução neoliberal tem igualmente a virtude de revelar, de maneira quase experimental, o custo social colossal e o aviltamento irreversível dos ideais de liberdade e de igualdade em que a criminalização da insegurança social implica (WACQUANT, 2003).

O objetivo é privilegiar o empirismo enquanto prática. Para Durkheim (1999, p. 45), a ciência pode nos ajudar a determinar o ideal para o qual tendemos confusamente, dado que, se não se prender em suas raízes, o ideal não repousa à realidade. É necessário abandonar o método ordinário dos moralistas que, partindo de uma fórmula geral da moralidade (a maneira como o moralista representa a moral) confrontam a máxima contestada. Embora “não deixam de ser instrutivas porque



demonstram a tendência moral do momento considerado, tem interesse de fato e não de uma visão científica”.

Granovetter (2003) considera que quando os economistas modernos procuram dar conta das influências sociais acabam por representá-las de forma ora subsocializada, ora sobressocializada. Nesse procedimento, invertem a ideia de que as influências sociais são circunstanciais. Contudo mantêm a concepção de como essas influências atuam e consideram o ator econômico ora como escravo da estrutura social, ora como átomo independente das estruturas sociais.

As concepções sobressocializadas são mecânicas, dado que uma vez conhecido o segmento de trabalho ou a classe social do indivíduo, todo o seu comportamento é automático, já que resulta de socialização bem sucedida. A influência social é vista como uma força externa à semelhança de Deus, que faz com que as coisas funcionem sem causar outros tipos de efeito, como uma força que penetra na mente e no corpo dos indivíduos alterando o modo de tomar decisões. Análises mais sofisticadas das influências culturais assinalam que a cultura não constitui uma influência definitiva, mas um processo continuado em construção e em reconstrução ao ritmo das interações.

De acordo com Becker (2007, p. 35), “as representações penetram em nossas cabeças como o resíduo de nossas experiências cotidianas; assim, para introduzir nelas representações melhores, temos de fazer alguma coisa acerca do caráter de nossas vidas comuns”. Desta forma, para o cientista, “as representações são abstratas. Usamos essas imagens para corporificar e nos ajudar a produzir conhecimento e compreensão sobre classes grandes e abstratamente definidas de coisas, não apenas sobre membros singulares dessas classes” (Ibidem).

Segundo Bourdieu (1989), a transformação ocorre pela mediação da experiência e da prática de indivíduos diferentemente situados em relação ao sistema econômico. Nesse caso, a análise estatística de uma sociedade aparentemente homogênea pode apontar diferenças nas disposições econômicas que podem ser referidas às diferenças nas condições econômicas.

Conforme aponta o autor, a economia monetária e o sistema de disposições se desenvolvem em ritmos diferentes nas classes sociais segundo seu tipo de atividade e de contatos anteriores com a economia monetária, cujas desigualdades aumentam a clivagem entre os grupos. A objetivação ocorre à medida que evolui a organização econômica e tende a se impor como sistema quase autônomo que espera e que exige do indivíduo certo tipo de prática e de disposições econômicas, adquiridas por meio de educação implícita e explícita.

#### 4.1 EXPERIÊNCIAS LABORAIS DOS TERCEIRIZADOS DA LIMPEZA NA UFSC

Os dados apresentados na seção introdutória desta dissertação sobre o aumento de terceirizados na UFSC, mais exatamente de 660 para 1.115, entre os anos de 2009 e 2014, revelam um aumento no quantitativo de profissionais terceirizados ao longo dos anos, o que pode ser explicado, segundo a instituição, e como previamente observado, pela expansão da Universidade ocorrida a partir do REUNI. Vale ressaltar que, tendo em vista a consolidação do referido Programa, prevista para os próximos anos, há uma tendência de esses números cresçam ainda mais e em maior proporção.

Neste sentido, segundo Louis Pinto (1998), da mesma forma que podemos analisar como tais os efeitos do trabalho de dominação simbólica, assim também podemos modificar a perspectiva e, recusando a redução das classes populares ao que o trabalho pretende fazer delas, nos perguntar se, apesar de tudo, não será possível, descrever suas práticas peculiares.

A preocupação em não descrever as classes dominadas referindo-se ao que elas não têm, por conseguinte, de forma unicamente negativa, não deve levar a subestimar o quanto os efeitos da dominação – que comandam estratégias de necessidade – são predominantes até mesmo nas situações aparentemente menos expostas ao veredicto dos dominadores.

Ainda de acordo com o autor, os dominados não são apenas o objeto do trabalho de domesticação efetuado sobre eles; eles próprios realizam a formalização da respectiva experiência com os recursos associados à sua posição inferior no mundo social. É necessário procurar, em certas características da experiência das classes populares, uma parte dos princípios de inteligibilidade de suas práticas:

A despeito da dureza das condições e da exterioridade do poder as pessoas procuram realmente criar significação e impor quadros de trabalho. Desdobram suas aptidões e procuram ter prazer no trabalho, até mesmo em situações em que se encontram mais submetidos ao controle de outrem. Paradoxalmente, apesar da experiência sem vida que é seu trabalho, conseguem tecer uma cultura viva que está longe de ser unicamente um

reflexo de vencido (WILLIANS<sup>6</sup> apud PINTO, 1998, p. 49).

Para Thompson (1981), o modo idealista de construções teóricas baseadas no determinismo econômico fascinado pelo idealismo teórico, postula a existência da realidade material e a existência de um mundo “externo” material da realidade social, cuja organização determinada é sempre “econômica”.

Como observa o autor, o pensamento só pode representar o que é adequado às propriedades determinadas de seu objeto real, e deve operar dentro desse campo determinado. O objeto real é epistemologicamente inerte e não se pode impor ou mesmo revelar ao conhecimento: tudo isso se processa no pensamento e nos seus procedimentos. O real não está fora e o pensamento dentro: pensamento e ser habitam um único espaço que somos nós mesmos. Isso porque o diálogo entre a natureza e o ser se torna cada vez mais complexo – inclusive atinge imediatamente uma ordem distinta de complexidade, que apresenta uma ordem diferente de problemas epistemológicos quando a consciência crítica está atuando sobre uma matéria prima feita de seu próprio material: artefatos intelectuais, relações sociais e fatos históricos.

Portanto, não se pretende considerar que a situação econômica tenha poder de reificar os agentes. No entanto, o formato precarizado dessas relações seria reproduzido na medida em que são aceitos e tidos como parte intrínseca das relações de trabalho contemporâneas e todas as estratégias de saída dessas relações são particulares e pessoais.

Observamos isso no campo empírico desta pesquisa com os terceirizados da limpeza na UFSC (Apêndice A), por meio dos relatos que associavam diretamente a vontade de mudança de trabalho – em geral por insatisfação salarial – com a necessidade de melhor capacitação da mão de obra pessoal por meio do aumento dos anos de estudo. A possibilidade de mudança é sentida como responsabilidade pessoal e individual, e embora todos estivessem insatisfeitos com o salário, essa insatisfação não se refletia em nenhuma articulação coletiva para a mudança daquelas condições de trabalho, mas como estímulo para uma mudança na vida particular.

Uma profissão? Pra mim fazer? Nossa... Não tenho nem ideia... Quero sair da limpeza só, só penso em sair da limpeza só (Entrevistada 1, julho de 2016).

---

<sup>6</sup> WILLIANS, P. L'école des ouvriers. In: Actes de la recherche en sciences sociales. Número 24, novembro de 1978, pp.50-61.

[...] Pra mim... já... Tem bastante filho... Pra mim já, acabou nessa carreira, embora eu esteja nova, mas... (Entrevistada 2, julho de 2016).

Ao serem questionados sobre a remuneração financeira pelo trabalho, todos estavam insatisfeitos:

Ah, eu acho muito pouco, né? A gente trabalha demais, né? E ganha muito pouco (Entrevistada 1, julho de 2016).

Na verdade, o salário é baixo. A gente, bem dizer, sai de casa à noite e chega em casa à noite. No meu caso, né? Eu saio de casa 5h30 da manhã (Entrevistada 2, julho de 2016).

Ainda que pretenda demonstrar a gênese das disposições e das condições econômicas e sociais sem reduzir os agentes a reflexos de estruturas objetivas, Bourdieu (1987), ao apresentar os resultados de uma pesquisa etnográfica realizada na Argélia entre 1958 e 1961, afirma que as probabilidades objetivas e coletivas – como, por exemplo, as probabilidades de acesso a bens raros ou de ascensão social em uma ou mais gerações – são também dados concretos da experiência individual.

O agente social, segundo o autor, não pode apreender em sua totalidade um sistema que nunca lhe aparece senão de perfil. A situação entre a apreensão subjetiva e a verdade objetiva da situação varia consideravelmente conforme as situações de classe. A pressão da necessidade econômica pode suscitar um descontentamento e uma revolta que não supõe necessariamente o escopo claro e racional da finalidade da revolta e que pode se traduzir tanto pela passividade resignada quanto por explosões elementares e desprovidas de finalidade explícita.

Dessa forma, de acordo com Bourdieu (1987), as possibilidades de transformação vislumbrada pelos agentes dependem em grande medida das próprias origens sociais, pois para quem o sistema aparece sempre de perfil, a apreensão da realidade social estará sempre fragmentada.

Nesse sentido, destacamos que todos os 13 entrevistados relataram exercer atividades remuneradas antes dos 18 anos, o que implica que o tempo dedicado aos estudos estava comprometido antes do considerado legalmente adequado. No entanto, nenhuma associação entre as trajetórias profissionais precoces e a baixa escolaridade foi apontada durante as entrevistas, ou mesmo qualquer articulação coletiva para a transformação das condições presentes.

A mudança, quando desejada, estava sempre associada à esfera da responsabilidade pessoal e sua busca se daria individualmente. Essa

entrada precoce no mercado de trabalho ainda influencia a inculcação da ética da responsabilidade do trabalho como marca de cidadania que naturaliza a reprodução dessas relações, haja vista que não há estranhamento sobre uma forma de ganhar a vida que se impõe há gerações.

Eu trabalhava... de atendente de padaria. Com 14 anos eu comecei a trabalhar (Entrevistada 1, julho de 2016).

Eu sempre trabalhei na temporada, tipo contrato de trabalho, então daí acabou a temporada, eles mandam todo mundo pra rua porque não tem mais o que fazer, né? Mas nunca fui demitida, sempre eu que quis sair (Entrevistada 2, julho de 2016).

Ah, eu nem sei [com qual idade começou a trabalhar], porque eu sempre trabalhei, estudava e fazia curso e trabalhava ao mesmo tempo para ajudar a minha mãe (Entrevistada 3, julho de 2016).

Maciel e Grillo (2009), observam na narrativa de famílias com poucos recursos econômicos e culturais, que a moral é a única coisa realmente sólida que se tem a deixar como legado e herança; os filhos recebem mais instrução sobre o que não devem ser na vida do que sobre o que deveriam ser. Bourdieu (1996) corrobora esta ideia ao afirmar que a forma como os pais educam os filhos na classe trabalhadora é na forma de ameaça. A narrativa assim é construída em relação comparativa a um tipo de gente considerado ruim por nossa moralidade e não na expectativa de se tornar uma pessoa bem-sucedida na escola ou no trabalho. As condições sociais, nesse caso, favorecem muita mais um jeito passivo do que ativo de se viver em sociedade.

Na vida de um trabalhador honesto, um emprego, ainda que dos mais desqualificados, é o principal signo distintivo, é a sua proteção moral. A escolha em jogo é entre a morte moral evidente, seguida da morte física, precedida por uma vida curta de poder e de conquistas materiais e pela ilusão de uma vida moralmente digna paralela a uma vida física de privações, justificada pelo valor inquestionável da dignidade e recompensada pela ilusão da vitória moral e da felicidade, por não se render ao caminho mais provável oferecido por seu destino de classe.

Ah, falta só um ano e meio pra eu me aposentar, né? Mas vou continuar trabalhando! Ir pra casa tomar rivotril, não, né? Não, não, não... [risos].

Continuar trabalhando sim, adoro trabalhar, né? Eu trabalho desde os meus quatorze anos de carteira assinada, tô com 55, né? Faz as contas. Toda a minha

vida sempre gostei de trabalhar, sempre, sempre... (Entrevistado 9, março de 2017).

Eu gosto do que eu faço. Aliás eu sinto prazer de levantar de manhã e vim trabalhar. Eu tenho dois serviços, aqui e fora daqui sou cuidadora de idosos (Entrevistada 11, dezembro de 2017).

Como observa Marcelino (2004, p. 5), “A ameaça constante de desemprego funciona quase que como uma camisa de força para os trabalhadores subcontratados, no sentido deles terem muitas dificuldades de reivindicar o que consideram direitos”.

Um serviço fixo, por pior que seja, assegura a não delinquência, oferecendo o mínimo para a sobrevivência do corpo e garantindo um bem estar social para a alma, pois é a principal meta da narrativa do que não ser. Só assim se firma um lugar no último degrau da dignidade, ou seja, na condição de trabalho honesto apesar de desqualificado (MACIEL; GRILLO, 2009, p. 250).

Bourdieu (1987) nos lembra que em grande parte dos casos não é o trabalhador que escolhe o trabalho, mas o trabalho que escolhe o trabalhador. Obrigados a ganhar a vida cedo, estes se acham jogados no meio da competição para o emprego sem terem preparo algum, mal saídos da escola – quando tiveram possibilidade de frequentá-la – e quanto mais cedo se deixa de frequentar a escola, mais restrita é a variedade de escolhas profissionais. Atribui, ainda, a cada um dos graus de instrução, um grau determinado de liberdade, em uma sociedade na qual poucos indivíduos possuem diploma de instrução geral e técnica, mas que, no entanto, um certificado de aptidão profissional acarreta uma enorme vantagem na competição econômica.

Esta é a realidade de alguns dos terceirizados do setor de limpeza da UFSC que participaram das entrevistas da presente pesquisa. No geral, não tinham muitos anos de estudos: apenas 6 dos 13 entrevistados concluíram o Ensino Médio; e, também em sua maioria, conseguiram o emprego por indicação de um amigo, conhecido ou familiar em um momento de urgência de trabalho: estavam sem emprego e necessitando de uma fonte de renda rapidamente.

Eu tô trabalhando agora porque tá ruim de emprego. Já tô procurando outro, mas não consegui. Como eu praticamente sou sozinha, aqui tenho que me

manter, aí tenho que trabalhar, mas eu quero estudar (Entrevistada 3, julho de 2016).

Eu estudei bem pouco, até a sétima série, no máximo até a oitava (Entrevistado 9, março de 2017).

Como minha mãe sabia da minha dificuldade, que eu recém tinha me separado, ela que conseguiu pra mim (Entrevistada 12, dezembro de 2017).

Conforme lembra Bourdieu (1997), retomando Weber, a classe trabalhadora sempre funciona segundo uma lógica do tempo imediato, da necessidade de colocar comida na mesa. De outro lado, classes favorecidas conseguem planejar as carreiras no longo prazo.

Preenchi um currículo, já fui chamada e entrei aqui mesmo, não esperei os outros, porque daí eu precisava trabalhar, morava com minha prima, sem trabalhar... (Entrevistada 3, julho de 2016).

É. Ou trabalha pra sustentar, né? Ajudar o marido na complementação da renda, porque senão não tem como, né? Sustentar a casa (Entrevistada 2, julho de 2016).

Segundo Leite (2012), as principais formas da flexibilização consiste em mudanças na legislação – ou seja, na perda de direitos –, em transformações na negociação coletiva – fragmentação da classe trabalhadora –, e em rupturas dos pactos corporativos entre sindicatos, Estado e empresas. Nos países em que o processo se encontra mais avançado, há uma preferência empresarial pela flexibilidade unilateral e por sua tradução em desregulação com intensificação do trabalho.

Na nossa pesquisa a intensificação do trabalho através da carga horária da jornada não está no âmbito da liberdade de escolha individual, a decisão é tomada e imposta pelo contratante sob condição de conseguir ou não a vaga:

É tinha de quatro e de seis [horas], mas aí eles cortaram (Entrevistada 2, julho de 2016).

É porque é uma confusão. É assim: primeiro começou de oito e seis [horas], aí depois falaram que não ia ter mais de seis horas, quem não quisesse passar pra oito ia ter que ser mandado embora, teve gente que não quis, aí foi mandado embora, teve gente que trocou pra oito. Depois disse que ia botar de 4, ficou de 4 horas e 8 horas. Aí depois disseram que não queriam mais de 4. E por aí, fica agora acho que só tem de 6 e de 8. Mas aqui no nosso prédio não

trabalha de seis porque esse prédio é muito grande, uma pessoa de seis horas aqui não dá muito certo (Entrevistada 3, julho de 2016).

No caso dos entrevistados, a escolha do emprego também abarca motivações não econômicas que estão relacionadas às obrigações familiares e domésticas:

Eu quis esse emprego por ser assim ó: tranquilo e fácil pra eu poder estudar, um emprego que não me quebra tanto a cabeça pra eu ter tempo, minha intenção desse emprego era essa... Porque eu tenho duas filhas, né? Tenho marido, tenho uma casa (Entrevistada 6, dezembro de 2016).

## 4.2 EDUCAÇÃO ESCOLAR ENQUANTO QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Na nossa atual sociedade do mérito, associa-se o sucesso ou o fracasso no mercado de trabalho às capacidades e ao desempenho individual. Segundo Souza (2009), toda a sociedade produz metas sociais para os indivíduos e somos avaliados todo o tempo por outras pessoas de acordo com a nossa capacidade de alcançar essas metas. Tais metas sociais, atualmente, resumem-se ao sucesso pessoal no mundo do trabalho.

A dinâmica depende do funcionamento de instituições modernas como família e escola, tanto para a reprodução de objetivos sociais considerados dignos, quanto para o desenvolvimento de pessoas capazes de trilhar tal caminho. Trata-se de uma capacidade de autocontrole e de cálculo sobre o futuro indispensável para o sucesso no mercado: assim funcionaria idealmente a sociedade do mérito.

A partir das revoluções sociais do século XX e com as lutas sociais e políticas desencadeadas a partir delas, a educação e a cultura passaram a ser concebidas como constitutivas da cidadania e, portanto, como direitos dos cidadãos (CHAUÍ, 2003, p. 7). Mas Pinto (1998) nos lembra que a classificação escolar, habitual aos estudantes, apresenta um interesse evidente na medida em que, por um lado, os julgamentos da instituição escolar são dotados de um grau elevado de legitimidade – tanto social quanto institucional – e, por outro, têm efeitos duradouros sobre os indivíduos classificados.

Segundo Bourdieu (1996), a reprodução da estrutura do capital cultural se dá na relação entre as estratégias familiares e a lógica específica da instituição escolar. As duas dimensões fundamentais desse espaço correspondem a dois conjuntos de mecanismos de reprodução



diferentes e cuja combinação define o modo de reprodução que faz com que o capital puxe o capital e, por sua vez, a estrutura social tenda a perpetuar-se, mas não sem sofrer alterações. São mecanismos complexos pelos quais a instituição escolar contribui para reproduzir a distribuição do capital cultural e, assim, a estrutura do espaço social.

As relações de força não são estáticas e se desenvolvem em meio às interações cotidianas e, em meio às interações cotidianas, as relações de poder são apreendidas no seu aspecto mais imediato. A sociedade se organiza em torno de relações de hierarquia e de disputas, de forma que a hierarquia econômica das profissões e a atribuição de valor econômico tem respaldo social e cultural para a sua formação.

Segundo Souza (2009), a legitimação do mundo moderno como mundo “justo” está fundamentada na “meritocracia”, ou seja, na crença de que superamos as barreiras de sangue e de nascimento das sociedades pré-modernas e que hoje só se leva em conta o “desempenho diferencial” dos indivíduos. Todas as instituições modernas tomam parte nesse teatro da legitimação da dominação especificamente moderna.

O mercado “diz”, ainda que não tenha boca: eu sou “justo”, porque dou a remuneração “justa”, verdadeiramente equivalente ao desempenho. O Estado também “diz” o mesmo: eu faço concursos públicos abertos para todos, e o melhor deve vencer. Nada mais “justo” do que isso. O que o mercado, o Estado, uma “ciência” e um senso comum dominantes — mas dominados por uma perspectiva conservadora, acrítica e quantitativa — nunca “dizem” é que existem condições “sociais” para o sucesso supostamente “individual” (SOUZA, 2009, p. 22).

O interesse crescente das famílias privilegiadas, entre elas as famílias de intelectuais e de membros profissionais liberais na educação em todos os países avançados, permite compreender como as sociedades avançadas se perpetuam e ainda como mudam sob efeito de contradições específicas do modo de reprodução escolar (BOURDIEU, 1996).

O funcionamento do mecanismo de reprodução escolar como a triagem, a separação entre alunos dotados de quantidades desiguais de capital cultural por meio de uma série de operações de seleção, a separação entre detentores de capital cultural herdado dos que não possuem, mantém as diferenças sociais existentes sendo as diferenças de

aptidões inseparáveis das diferenças sociais conforme capital herdadas (Ibidem).

A sociedade aparece como uma rede móvel, instável, efêmera de organizações particulares definidas por estratégias particulares e programas particulares competindo entre si (CHAUI, 2003, p. 7). Segundo Souza (2009), é o mesmo raciocínio economicista – que abstrai sistematicamente os indivíduos de seu contexto social – que, ainda, transforma a escola, pensada abstratamente e fora de seu contexto, em remédio para todos os males de nossa desigualdade. Na realidade, a escola, pensada isoladamente e em abstrato, tão somente vai legitimar, com o “carimbo do Estado” e a anuência de toda a sociedade, todo o processo social opaco de produção de indivíduos “nascidos para o sucesso”, de um lado, e dos indivíduos “nascidos para o fracasso”, de outro. Afinal, o processo de competição social não começa na escola, como pensa o economicismo, mas já está, em grande parte, pré-decidiado na socialização familiar pré-escolar produzida por “culturas de classe” distintas.

Zago (2006, p. 227), ao analisar o processo escolar de estudantes universitários de origem popular, aponta para uma nova tendência nos estudos sociológicos em educação com a recomposição da problemática das desigualdades de escolarização entre classes sociais. Essa “linha inovadora”, segundo a autora, foge à tendência dominante que foca no fracasso escolar nesses meios e busca como tais jovens romperam com a tradição do local de origem, conseguindo uma escolaridade de longa duração.

Esses estudos focam nas ações empreendidas pelos sujeitos sociais buscando um conjunto de situações possíveis para explicar as trajetórias de êxito escolar, diferente da tradição sociológica fundada na relação entre a posição de classe e os resultados escolares. Contudo, a autora lembra que:

Uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino (ZAGO, 2006, p. 228).

A constatação de que existe um grupo que consegue ultrapassar barreiras ao longo de suas trajetórias escolares, deve ser acompanhada de estudos que permitam conhecer as reais condições dessa escolarização. Dessa forma, a autora desnaturaliza a categoria estudante, mostrando as

contradições entre uma maior demanda da população pela elevação do nível escolar e as políticas de acesso ao sistema de ensino. A autora ainda aponta que existem desigualdades relacionadas tanto ao acesso como à permanência no sistema de ensino superior.

Para Zago (2006), a categoria “estudante” segundo a perspectiva de Grignon e Gruel<sup>7</sup>, é insuficiente para caracterizar a diversidade de situações que o termo recobre, visto que os estudos podem ocupar um lugar muito variável na vida de cada estudante. Há muitos aspectos da condição de estudante: financiamento dos estudos, moradia, transporte, alimentação, saúde, condições e hábitos de trabalho, relações com o meio de origem e com o meio estudantil, acesso à cultura e ao lazer. A condição de estudante demanda um investimento de tempo e de recursos financeiros que a maioria dos entrevistados não dispõem:

Como seria aqui [na UFSC], aqui também, eu só não sei se é uma vez por semana, eu não fui atrás disso aí. E também eu não faço aqui porque tem a questão do vestibular, eu sei que na particular o meu vestibular ali vai ser uma redação. Não é que, “Ai, preguiça de estudar”, é o tempo que eu vou ter que ter. E esse tempo eu não tenho (Entrevistada 6, dezembro de 2016).

Observamos que a maioria dos entrevistados que responderam afirmativamente ao serem questionados sobre se pretendiam outro trabalho no futuro, associaram essa passagem, na prática, ao prosseguimento nos estudos – significativamente, apontaram a preferência por um curso universitário semipresencial e de curta duração.

Pretendo mudar de emprego, mas pra isso tem que estudar (Entrevistada 1, julho de 2016).

Eu tô trabalhando aqui agora porque tá ruim de emprego, já tô procurando outro, mas não consegui. Como eu praticamente sou sozinha aqui, tenho que me manter, aí tenho que trabalhar, mas eu quero estudar, quero fazer um curso técnico de segurança do trabalho, quero trabalhar seis horas por dia pra poder estudar mais (Entrevistada 3, julho de 2016).

Eu pretendo ficar mais um pouco e depois voltar a estudar, terminar [os estudos] ... (Entrevistada 4, julho de 2016).

Eu pretendo sair no ano que vem, eu vou começar a estudar também (Entrevistada 6, dezembro de 2016).

---

<sup>7</sup> GRIGNON, Claude; GRUEL, Louis. La vie étudiante. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

Eu tenho que ficar porque eu tenho que terminar meus estudos primeiro, né? Pretendo começar o ano que vem (Entrevistada 7, dezembro de 2016).

Eu pretendo ficar mais pouco tempo, depois vou voltar a estudar, fazer um cursinho (Entrevistada 10, julho de 2017).

Meu projeto, eu queria assim, que eu filho tem onze anos, eu queria que ele crescesse mais um pouco, ficasse mais independente e aí eu quero voltar a estudar (Entrevistada 13, dezembro de 2017).

No entanto, cabe ressaltar que nenhum deles estudavam no momento da entrevista. Nesse sentido, podemos associar tanto a escolha de cursos que exijam menos tempo de duração e de permanência em sala de aula, como, ainda, a contradição entre as pretensões profissionais e as práticas efetivas às demandas da condição da rotina de estudante:

É, eu quero esperar minha filha crescer mais um pouco também, aí volto a estudar. Porque agora ela é pequena, né? Tem quatro anos. Aí fica ruim, né? Pra estudar. Esse horário ainda trabalhar e estudar...Aí fica muito puxado (Entrevistada 1, julho de 2016).

Zago (2006) nos lembra que também essas “escolhas” – ou o que normalmente chamamos por escolhas – suscita uma reflexão. É um termo genérico que esconde diferenças e desigualdades sociais notáveis. Considerar globalmente o termo “escolha”, significa ocultar questões centrais como a condição social, a cultural, o capital da família e o histórico de escolarização. “Para a grande maioria não existe verdadeiramente uma escolha, mas uma adaptação, um ajuste às condições que o candidato julga condizentes com sua realidade e que representam menor risco de exclusão” (Ibidem, p. 232).

Eu não quero aqui na UFSC, apesar de que na UFSC tem o ensino à distância, mas eu não quero porque volta e meia é uma greve e eu tenho pressa, eu prefiro tá pagando e uma vez por semana, né? Porque eu tenho duas filhas, né? Tenho marido, tenho uma casa, não posso me ausentar a semana inteira, ficar fora, sabe? (Entrevistada 6, dezembro de 2016).

A decisão pelo ensino superior não tem a conotação de um acontecimento inevitável, as oportunidades de acesso são construídas de forma contínua durante toda a história escolar. “Chegar a esse nível de ensino nada tem de ‘natural’. Considerando toda a luta empreendida por

esses estudantes, o acesso à universidade já representa ‘uma vitória’” (Idem, p. 233). Durante esta pesquisa de campo, todos os entrevistados que indicaram como plano futuro mudar de trabalho, tinham como projeto cursar uma especialização em nível superior ou técnico.

No caso dos trabalhadores entrevistados observa-se que o objetivo está na especialização, o futuro profissional no sentido de possuir uma profissão que será executada no mercado de trabalho não é considerado prioridade nesse momento. As funções quando não especializadas são relatadas de acordo com o sentido prático da sua execução:

O meu pai era... como é que eu posso te falar... ele fazia tudo e mais um pouco arrumava telhado, varria pátio... (Entrevistada 1, julho de 2016).

Não é bem jardinagem, eu varro lá... grama, calçada... (Entrevistado 9, março de 2017).

Lembrando que nenhum dos entrevistados inclusive os que pretendiam mudar de trabalho e voltar a estudar (9 de 13) estavam estudando no momento da pesquisa. De modo que a estratégia de prolongamento dos anos de estudo, ainda que não realizada na prática, é priorizada como estratégia pessoal para uma alternativa de emprego no futuro. Ocorre que a efetivação dessa estratégia esbarra na rotina de trabalho de oito horas que consome juntamente com outras atividades domésticas, sobretudo no caso das mulheres, o tempo que se necessita dedicar para especialização via educação formal.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou as experiências laborais dos trabalhadores terceirizados e terceirizadas do setor de limpeza da UFSC tendo por referência a categoria controle do tempo de trabalho e perspectivas de futuro profissional.

Observamos que os critérios objetivos de condições materiais dadas tendem a limitar o que chamamos de escolhas individuais. No geral essas tenderiam mais para adaptações. É indispensável ressaltar, ainda, que tais escolhas não são fundamentadas no vazio, todo agente social carrega crenças compartilhadas ou o *habitus*, utilizando-se da linguagem de Bourdieu, e assim as escolhas tendem a ser orientadas pelos padrões que se formam a partir das escolhas passadas dos membros do grupo.

No entanto, considerar as características objetivas abordadas pela literatura não é suficiente e pode adquirir caráter acrítico. O posicionamento crítico sobre essa tendência aqui adotado, requer considerar inclinações contrárias – frequentemente subestimadas – de grupos socialmente e historicamente marginalizados, mas que, no entanto, estiveram e estão presentes no desenvolvimento histórico, exercendo influência nos acontecimentos. Sendo esta uma preocupação que deve estar presente em toda a prática científica.

A abordagem teórica da pesquisa se voltou à análise das transformações históricas que conduziram as relações sociais como se encontram atualmente. Tal caminho percorreu o referencial da sociologia econômica e da sociologia do trabalho destacando correntes que caracterizam o momento atual como parte de um todo muito dinâmico caracterizado por redes que se desfazem continuamente, a presença do risco e do instável tomando conta das escolhas pessoais sejam familiares ou profissionais. Na medida que tais mudanças ocorrem o processo de adaptação das relações de trabalho ocorre de forma parcial e gradual. Nas relações trabalhistas estudadas observa-se alguns aspectos gerais apontados pela bibliografia como fim da carreira tradicional, no entanto coexistem processos mais próximos das formas tayloristas de trabalho como funções repetitivas e hierarquias fixas.

O aspecto que se pretendeu ressaltar no entanto é acerca das possibilidades de mudança profissional em trabalhadores de baixa qualificação frente as mudanças nas políticas econômicas trabalhistas atuais e o argumento meritocrático de recompensas econômicas em relações “autonomamente” econômicas. A pretensão à auto suficiência das análises econômicas quantitativas não consideram diversos aspectos

sociais influentes nas escolhas profissionais. São esses aspectos que consideramos ao tratar das escolhas de futuro.

Dessa forma a pesquisa se voltou primeiramente aos aspectos teóricos dessa transformação nas relações econômicas, como decorrência histórica do desenvolvimento tecnológico e produtivo capitalista. Nesse sentido buscou-se demonstrar os aspectos gerais dessas tendências economicistas dentro de uma dinâmica social mista: sem negar seu caráter prescritivo, mas apontando os diversos desdobramentos e enlaces de outras tendências também presentes nas relações sociais. Tal tentativa se faz no sentido de desconsiderar a unicidade que se pretende estabelecer no tratamento das trocas econômicas.

Posteriormente se buscou contextualizar essas transformações e mudanças no mercado de trabalho brasileiro, pontuando sua regulamentação através da implementação de políticas voltadas a flexibilização da legislação trabalhista e como isso influencia na alocação dos trabalhadores espacialmente, socialmente, e dentro do grupo pesquisado na própria gestão interna das relações de trabalho.

Por fim considerando a metodologia utilizada que visa reforçar a importância de se dar voz aos sujeitos estudados a pesquisa se voltou principalmente para a experiência e prática de pessoas inseridas nesse contexto de trabalhos terceirizados. Por meio de pesquisa qualitativa, adotamos como método entrevistas semiestruturadas a fim de superar tanto o objetivismo como o subjetivismo, privilegiando os aspectos relacionais e a influência mútua entre a objetivação da vida coletiva e material, bem como as suas formas de imposição; e a subjetivação das experiências particulares e suas formas de adequação individuais, organizadas ou não, “sentidas de forma resignada ou revolucionária” (BOURDIEU, 1987, p. 12). Assim no sentido de priorizar a dimensão subjetiva do grupo estudado, optou-se como ferramenta metodológica na análise de campo pelo uso de entrevistas e observação direta.

Essa consideração dinâmica da realidade social visa seguir o referencial e a metodologia utilizados tanto da sociologia econômica ao afirmar que persistem interações e uma lógica não contábil nas trocas econômicas, assim como a sociologia do trabalho que considera as relações econômicas como uma luta constante entre grupos sociais.

Onde não predomina uma lógica racional contábil, pode predominar uma lógica cultural ou social, cuja transgressão no contexto vivido seria mais danosa do que a aplicação de uma racionalidade economicamente otimizadora. Pretender que todas as ações se transmutem nessa lógica contábil, suprimindo as interações que privilegiam outras categorias, deve ser considerada enquanto tendência e

analisada de maneira crítica, isto é, apontando todos os danos possíveis decorrentes de tal objetivação da vida. Considerar que a atualidade pende para o reforço das crenças neoliberais (relações econômicas autônomas), não pode abarcar a naturalização desse processo. Sua desnaturalização necessita da demonstração dos condicionantes objetivos articulados às escolhas subjetivas de pessoas reais.

Como nos indicam os estudos da sociologia econômica, a economia também acontece em relações não contratuais, não formais e não mensuráveis estatisticamente. O grupo de trabalhadores estudado, por exemplo, reforça a tese de Granovetter sobre oportunidades de trabalho que não ocorrem por meio da simples troca formal no mercado, mas por meio de relações sociais e familiares.

O fato da não predominância da lógica econômica (em que há a alocação otimizada dos recursos materiais para o melhor planejamento material de futuro) não significa não ter lógica ou ocupar um degrau abaixo da cadeia evolutiva. As condições de vida que se criam nesses contextos requerem ou privilegiam outras interações. Portanto, uma análise teórica a princípio sobre os encaminhamentos e as tendências da dinâmica do mundo não se furta a uma verificação empírica de pessoas e de suas experiências de vida.

São estes trabalhadores – em particular os terceirizados a partir do exemplo do setor de limpeza da instituição federal que foi lócus desta pesquisa – na base da pirâmide que são submetidos aos trabalhos precários que nos interessou investigar, bem como nos interessou o seu processo de inserção no mundo do trabalho via empresas terceirizadas.

O modelo liberal que preconiza a diminuição da atuação do Estado das frentes econômica e social e que reforça a imposição da precarização às relações de trabalho, reflete nos interlocutores entrevistados, sobretudo indiretamente nos relatos sobre a execução das tarefas e sobre as relações cotidianas, que esbarram em dificuldades relacionadas ao material de trabalho, ao tempo de execução das atividades e até à possibilidade futura de mudança.

Embora o grupo de trabalhadores estudado, pertença a uma regulamentação legal dentro dos moldes atuais das relações de trabalho flexíveis (terceirizados), observamos na rotina de trabalho a persistência de características bem menos flexíveis e dinâmicas, muito mais próximas das relações de trabalho tayloristas, com hierarquias rígidas e execução de atividades repetitivas. De modo que se a influência dessa tendência não se faz sentir no dia a dia de trabalho, se faz sentir no planejamento do futuro por meio da ideia da meritocracia, da ética do trabalho, do esforço individual.



As recompensas que podem advir do esforço do trabalho não se fazem naquele contexto, individualmente ou coletivamente, mas sim na possibilidade de estudo como uma porta de saída de relações já estabelecidas e determinadas. Mas essa possibilidade ainda que seja cuidadosamente planejada, esbarra em dificuldades práticas relacionadas ao tempo necessário que a especialização de mão de obra via escolarização requer. Assim os trabalhadores não estabelecem um vínculo entre o emprego exercido e a qualificação profissional.

Nos resultados da nossa pesquisa, nenhum dos auxiliares de limpeza estava satisfeito com a remuneração salarial, apenas uma das encarregadas, e dos que pretendiam mudar de emprego, todos consideravam a estratégia do prolongamento dos anos de estudo, embora na prática nenhum deles tivesse conseguido ainda a realização de tal projeto.

Esse quadro se dá, especialmente, devido à dificuldade de conciliação pela carga horária de trabalho somada ao tempo de deslocamento que ocupa grande parte do dia destes trabalhadores, deixando pouco espaço para a família e inviabilizando encaixarem outra atividade no seu dia a dia.

É importante frisar que os caminhos traçados por esta pesquisa abordam muitas questões que exigem uma investigação mais aprofundada. Seria relevante verificar também estratégias traçadas por trabalhadores já inseridos no mercado terceirizado e que mantêm paralelamente uma rotina de estudo formal, suas chances de permanência e futura reinserção especializada no mercado de trabalho. Este trabalho ganharia em profundidade também com uma etnografia no local de trabalho, assim como a abordagem das relações de gênero que igualmente poderiam ser aprofundadas que, no entanto, ficam como pista de pesquisa para trabalhos futuros.

Observamos que se o discurso sobre o trabalho improdutivo que permeia o setor de serviços (conforme abordado no segundo capítulo) justifica a visão mercadológica utilitária de uma remuneração salarial de subsistência, em verdade, contradiz a visão mercadológica meritocrática. Isso porque dificulta a opção da estratégia escolar enquanto qualificação profissional e melhor alocação no mercado de trabalho ao requerer grande parte das horas do dia neste trabalho improdutivo.

Limitar a remuneração financeira à subsistência material acaba, objetivamente, confinando o trabalhador a executar aquela função durante toda a vida. Como abordado no terceiro capítulo, a condição de estudante requer sempre algum investimento financeiro e, sobretudo, de tempo. No entanto, a condição objetiva da situação, não limita as vontades, os

projetos futuros e o incentivo mútuo entre os trabalhadores que desenvolvem relações humanas de conflito e de solidariedade para além das relações econômicas objetivas.

A abordagem permitiu conhecer como os trabalhadores sentem a experiência de trabalho, as suas capacidades e as suas perspectivas para realização destas tarefas ou outra atividade no futuro. Os resultados demonstram que antes do êxito econômico na inserção no mercado de trabalho, objetiva-se a especialização por meio da educação formal como maneira de satisfação e de superação pessoal. A prioridade nas pretensões futuras de trabalho não está relacionada à possibilidade de retorno financeiro, um cálculo puramente econômico, mas na busca de uma atividade que traga uma superação pessoal e individual da atual condição.





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o diabo. Mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, 16(2), São Paulo Nov. 2004, pp. 35-64.
- ABREU, A. R. P.; BEYNON, H.; RAMALHO, J. R. A fábrica dos sonhos da Volkswagen. In: RAMALHO, J. R.; SANTANA M. A. (org). **Trabalho e desenvolvimento regional**: Efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mauad: UFRJ, 2006.
- ALVES, Giovanni. Terceirização: o futuro do trabalho no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, vol.15 no.2. Rio de Janeiro May/Aug. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462017000200337&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462017000200337&lang=pt)>. Acesso em 15 jan. 2016.
- ANTUNES, Ricardo e ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.
- BRADLEY, Harriet. **Men's work, women's work**. Cambridge (UK), Polity Press, 1989.
- BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Zahar, 2007.
- BELUZZO, L., “Os anos do povo”. **Carta Maior**, 13 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Os-anos-do-povo/4/28117>>. Acessado em 20 de jun. 2017.
- BERNARDO, Marcia Hspanhol; PINZÓN, Johanna Garrido. Vivências de trabalhadores da saúde em face da lógica neoliberal: um estudo da atenção básica na Colômbia e no Brasil. **Psicologia Social do Trabalho, Cad. Saúde Pública**. Vol. 33 n. 9. Rio de Janeiro, 2017. Epub

Sep. Sep 28, 2017. Disponível em:

<[http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2017001205002&lang=pt](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017001205002&lang=pt)>. Acesso em 21 jul. 2017.

BÊRNI, Duilio de Avila. Mudanças no padrão de uso da mão-de-obra no Brasil entre 1949 e 2010. **Nova Economia**, v. 16, n. 1, p. 139-172, 2006.

BILAC, Elisabete Dória. Trabalho e família: articulações possíveis. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 129-145, 2014.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BORGES, A; DRUCK G. Terceirização: Balanço de uma década. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 37, p. 111-139, jul./dez. 2002

BOURDIEU, P. **O desencantamento do mundo**: Estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996a.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996b.

\_\_\_\_\_. **A distinção**: crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern, Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk 2007. 560p.

\_\_\_\_\_. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. Compreender. In: BOURDIEU, P. (coord.) **A miséria do mundo**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. pp. 693-732.

CAMPOS, A. G, GUIMARÃES, N. A. O Dia Seguinte: As credenciais da sobrevivência ao ajuste nas empresas. **Educ. Soc.** V.20 n.69 Campinas, Dez de 1999.

CARDOSO, Adalberto. **Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 264 p.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. N 24. Set/Out/Nov/Dez, 2003.

CHILLIDA, M.; COCCO, M. I. M. Saúde do trabalhador & terceirização: perfil de trabalhadores de serviço de limpeza hospitalar. **Rev. Latino-Am. Enfermagem** [online]. 2004, vol.12, n.2, pp.271-276.. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692004000200018>>. Acesso em 28 ago. 2016.

COSTAS, R. Câmara aprova lei de terceirização: projeto gera empregos ou precarização das relações de trabalho? **BBC Brasil**. 2015. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150413\\_terceirizacao\\_entenda\\_ru](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150413_terceirizacao_entenda_ru)>. Acessado em 21 jun. 2017.

CRUZ, S. A.; GADEA, C. O trabalho de vigilância nos centros comerciais. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 25, n. 1, 2012.

CRUZ, Luiz Carlos Lima. **Responsabilidade subsidiária da administração pública pelos encargos trabalhistas nos contratos de terceirização**. 2012. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Direito do Trabalho e Processo de Trabalho) – Instituto Brasileiro de Direito Público – IDP, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2499248.PDF>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

DAL ROSSO, Sadi. Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços. **Caderno CRH**, v. 27, n. 70, 2014.

DEZALAY, Yvez, GARTH, Bryant G. **The Internationalization of Palace Wars: Lawyers, Economists, and the Contest to Transform Latin American States**. Chicago, The University of Chicago Press, 2002.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **O processo de terceirização e seus efeitos sobre a classe de trabalhadores no Brasil**. Dezembro de 2007. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/relatoriotecnico/2007/terceirizacao>>. Acesso em 31 jul. 2017.

DRUCK, G.; FRANCO, T.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos

mentais no trabalho precarizado. **Rev. bras. Saúde ocupacional**, São Paulo, 35 (122), 2010. pp. 229-248.

DRUCK, G. FRANCO, T. A precarização do trabalho no Brasil: Um estudo da evolução da terceirização no Brasil e na indústria da Bahia na última década. **Revista Latinoamericana de estudios del Trabajo**. 2008.

DURKHEIM É. **Da Divisão do Trabalho Social**. Tradução de Eduardo Brandão. 2 ed. São Paulo, Martins Fontes: 1999.

GEMMA, Sandra Francisca Bezerra; FUENTES-ROJAS, Marta; BARBOSA SOARES, Maurílio José. Agentes de limpeza terceirizados: entre o ressentimento e o reconhecimento. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 42, 2017.

GUIMARÃES, N. A. A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. **Novos estudos- CEBRAP**, São Paulo, n. 85, 2009. pp. 151-170.

\_\_\_\_\_. Por uma Sociologia do Desemprego. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 17 N° 50. São Paulo, Outubro de 2002.

GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GRANOVETTER, Mark. Ação económica e estrutura social: o problema da incrustação. In: PEIXOTO, João; MARQUES, Rafael (Eds). **A Nova Sociologia Económica**. Oeiras: Celta, 2003, pp. 69-102.

GRÜN, R. Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características culturais da nova ordem económica e da resistência a ela. **Rev. Bras. de Ciências Sociais**, vol. 14, no 41, outubro de 1999.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; BRITO, Murillo Marschner Alves De; BARONE, Leonardo ANGALI. Mercantilização no Feminino: A visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 90, 2016.

HARVEY, David. A Transformação Político Económica do Capitalismo do Final do séc. XX. In: \_\_\_\_\_. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.



HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, 2007. pp. 595-609.

HOLZMANN, Lorena. Notas sobre as condições da mão-de-obra feminina frente às inovações tecnológicas. **Sociologias**, n. 4, 2000. pp. 258-273.

\_\_\_\_\_. Mulheres trabalhadoras - problemas e conquistas. **Cadernos de Estudos**, Porto Alegre, n.15, 1985.

JACQUES, C. C. **Trabalho decente e responsabilidade social empresarial nas cadeias produtivas globais: o modelo fast fashion em Portugal e no Brasil**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2015.

JELÍN, Elizabeth. Espontaneidad y organización en el movimiento obrero. **Revista Latinoamericana de Sociología**, 1974. pp. 77-118.

LAHIRE, Bernard. Cena 1: o ator plural. In: LAHIRE, Bernard. **Homem plural: os determinantes da ação**. Tradução de: Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 17-45.

LAPA, J. R. C. S. **Desafios e perspectivas na gestão do contrato de prestação de serviços terceirizados de limpeza na Universidade Federal de Santa Catarina**. 2015. 196 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. 2015.

LEITE, Marcia de Paula. A sociologia do trabalho na América Latina: seus temas e problemas (re) visitados. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 4, 2012. pp. 103-127.

LEITE, Marcia de Paula; SALAS, Carlos. Trabalho e desigualdades sob um novo modelo de desenvolvimento. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1 v. 26, n. 1, 2014. pp. 87-100.

MACIEL, Fabrício; GRILLO, André. O trabalho que (in) dignifica o homem. In: SOUZA, J. **Ralé Brasileira: quem é como vivem**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

MARCELINO, P. R. P. **A Logística da Precarização**: terceirização do trabalho na Honda do Brasil. São Paulo; Expressão Popular, 2004.

MARGLIN, Stephen. Origem e funções do parcelamento das tarefas (Para que servem os padrões?). In: GORZ, Andre (Org.). **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. 3a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, S. R. de; PICCININI, V. C. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. **Rev. Adm. Pública**, out. 2011, vol.45, no.5, pp.1517-1538. Disponível em: [bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php.rap.article/view/7046/5604](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php.rap.article/view/7046/5604). Acesso em: 17 abr. 2015.

PETERS, Gabriel. De volta à Argélia. A encruzilhada etnossociológica de Bourdieu. **Tempo social**. vol.29 no.1 São Paulo Jan./Apr. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702017000100275&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702017000100275&lang=pt)>. Acesso em 21 out 2016.

PINTO, L. Experiência vivida e exigência científica de objetividade. In: CHAMPAGNE, P. et al. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. As origens da nossa época. 2 edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RAUD, C. Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. **Política e Sociedade**. Nº 6 Abril de 2005.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

STEIN, G.; ZYLBERSTAJN E. H.; Diferencial de salários da mão de obra terceirizada no Brasil. **Estudos Econômicos**. vol.47 no.3 São Paulo July/Sept. 2017. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-41612017000300587&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612017000300587&lang=pt)>. Acesso em 22 out 2016.

SIQUEIRA, Carlos Eduardo. O Projeto de Lei nº 4.302: terceirização quae sera tamen. **Cadernos de Saúde Pública**, vol.33 n.5 Rio de Janeiro 2017, Epub June 05. Disponível em:

<[http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2017000600101&lang=pt](http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017000600101&lang=pt)>. Acessado e m20 out 2016.

SOUZA-LOBO E. **Classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2011.

SOUZA, J. **Ralé Brasileira: quem é como vivem**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SWEDBERG, Richard. Markets as social structures. In: SWEDBERG, Richard; SMELSER, Neil J. **The handbook of economic sociology**. Princeton/Nova York, Princeton University Press/Russel Sage Foundation, 1994. pp. 255-282.

THOMPSON, E P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria ou um planetário de erros** (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. 2ª ed., Rio: Paz e Terra. 1987.

TIJOUX, María Emilia; RETAMALES, Hugo Sir. Trayectorias laborales de inmigrantes peruanos en Santiago: El origen de excepción y la persistencia del " lugar aparte". **Latin American Research Review**, v. 50, n. 2, 2015. pp. 135-153.

UFSC – Universidade Federal De Santa Catarina. **Plano de desenvolvimento institucional 2015-2019**. Florianópolis: UFSC, 2015. 108 p. Disponível em: <<http://pdi.ufsc.br/files/2015/05/PDI-2015-2019-1.pdf>>. Acesso em 01 mai. 2016.

VINUTTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate aberto. **Temáticas**. Campinas, ago/dez 2014. pp. 203-220.

WACQUANT, L. **Punir os pobres**: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Coleção Pensamento Criminológico. Editora Revan: ICC, 2003.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOOD, Ellen M. Classe como processo e como relação, pp. 73-98; Conclusão, pp. 243-250. In:\_\_\_\_\_. **Democracia contra Capitalismo**. S. Paulo: Boitempo, 2002.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percurso de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11 n. 32 mai/ago. 2006. pp. 226-237.





**APÊNDICE A – Quadro dos entrevistados – Cargo: auxiliar de limpeza**

ENTREVISTADO	SEXO	IDADE	LOCAL DE ORIGEM	FILHOS	FORMAÇÃO ESCOLAR	Ocupação dos Pais	TEMPO DE TRABALHO NA UFSC	PRETENDE CONTINUAR NESSE TRABALHO
<b>1</b>	F	21	RS	1	Ensino Fundamental Incompleto	Pai: Serviços gerais Mãe: Dona de casa	1 mês	Não
<b>2</b>	F	29	SC	4	Ensino Médio Incompleto	Pai: Pedreiro Mãe: Do lar	1 mês	Sim
<b>3</b>	F	23	BA	0	Ensino Médio Completo	Pai: Conta própria Mãe: Conta própria	2 anos	Não
<b>4</b>	F	28	SC	3	Ensino Fundamental Completo	Pai: Mecânico Mãe: Do lar	5 anos	Mais um pouco
<b>5</b>	M	25	BA	0	Ensino Médio Completo	Pai: Comerciante Mãe: Comerciante	3 meses	Não





**APÊNDICE A – Quadro dos entrevistados – Cargo: auxiliar de limpeza**

ENTREVISTADO	SEXO	IDADE	LOCAL DE ORIGEM	FILHOS	FORMAÇÃO ESCOLAR	OCUPAÇÃO DOS PAIS	TEMPO DE TRABALHO NA UFSC	PRETENDE CONTINUAR NESSE TRABALHO
<b>6</b>	F	33	SC	2	Ensino Médio Completo	Pai: Do lar Mãe: Servidora	1 ano	Não
<b>7</b>	F	22	SC	0	Ensino Médio Completo	Pai: Segurança Mãe: Doméstica	8 meses	Não
<b>8</b>	F	40	SC	2	Ensino Fundamental Incompleto	Pai: Vigilante Mãe: do lar	8 anos	Sim
<b>9</b>	M	55	SC	3	Ensino Fundamental Incompleto	Pai: Comerciante Mãe: Do lar	13 anos	Sim
<b>10</b>	F	24	PR	1	Ensino Médio Incompleto	Pai: ----- Mãe: Diarista/Cuidadora	8 meses	Não

**APÊNDICE A – Quadro dos entrevistados – Cargo: encarregada de limpeza**

ENTREVISTADA	SEXO	IDADE	LOCAL DE ORIGEM	FILHOS	FORMAÇÃO ESCOLAR	OCUPAÇÃO DOS PAIS	TEMPO DE TRABALHO NA UFSC	PRETENDE CONTINUAR NESSE TRABALHO
<b>11</b>	F	59	SC	4	Ensino Fundamental completo	Pai: Funcionário público Mãe: Lavadeira	7 anos	Com certeza
<b>12</b>	F	35	SC	4	Ensino Médio completo	Pai: Vigilante Mãe: Auxiliar de limpeza	7 anos	Por mais um tempo
<b>13</b>	F	36	SC	2	Ensino Médio completo	Pai: Vigilante Mãe: Faxineira	8 anos	Por enquanto

## **APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas**

### **I. Identificação**

1. Sexo:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Cidade de origem:
5. Cidade de origem dos pais:
6. Profissão dos pais:
7. Cargo/Função:
8. Tempo na função:
9. Como soube da vaga (currículo/ indicação):
10. Com quantas pessoas você mora e quantos são dependentes da renda?
11. Quantos anos tinha quando iniciou no primeiro trabalho?
12. Quantos empregos já teve e quais funções já exerceu?
13. Algum desses trabalhos eram terceirizados ou nessa mesma função?

### **II. Rotina de trabalho**

14. Qual horário de entrada e saída? Quantas horas você trabalha?  
Faz hora extra?
15. Está satisfeito com essa carga horária?
16. Quais são as suas atribuições?

17. Como se distribuem as tarefas entre você e seus colegas de trabalho? Como dividem o trabalho? Quais as prioridades?
18. Quais exigências que a empresa te faz em relação as tarefas e horário? Há flexibilidade? Quais as regras exigidas de você no trabalho?
19. Você pode participar da elaboração dessas regras?
20. Há reuniões gerais?
21. Como são as condições de trabalho com relação ao material disponível e tempo para a realização das tarefas?
22. Acha seu salário justo para sua função e carga horária de trabalho? E ele satisfaz suas necessidades cotidianas?
23. Quem fiscaliza o trabalho que você faz? Funcionário da UFSC ou funcionário da empresa?
24. Como é sua relação com quem realiza a fiscalização dos serviços?
25. Foi oferecido algum tipo de treinamento ou capacitação para o exercício da função?
26. Quais seriam dificuldades para realizar seu trabalho?
27. Como é sua relação com seus colegas de trabalho?
28. Se sente à vontade nesse trabalho com esses colegas?
29. A distribuição do serviço é igualitária entre todos?
30. Como é sua relação com o público que utiliza o serviço (comunidade universitária)?
31. Considera seu trabalho importante para as atividades aqui na UFSC?

32. Considera essa importância percebida pela comunidade universitária?
33. Existe algo que te desagrade?
34. O que você acha justo e injusto no seu dia a dia no trabalho?
35. Sente alguma diferença no cotidiano por ser trabalhador terceirizado em um ambiente de trabalho no qual há outros funcionários concursados (com emprego, carteira e salário fixo)? E por exercer tal função?
36. Caso ocorra algum acidente de trabalho sabe a quem recorrer UFSC ou terceirizada?

### **III. Expectativas profissionais**

37. Pretende permanecer neste trabalho por muito mais tempo? Porquê?
38. Você gostaria de sair deste trabalho e arrumar outro? Qual e porquê?
39. Está estudando atualmente ou pretende estudar? Se sim o quê?
40. Qual a maior dificuldade para trocar de trabalho?
41. Quanto da sua renda é aplicada em despesas básicas como aluguel e alimentação?
42. Quanto do seu tempo é destinado ao trabalho que executa mais deslocamento?
43. Se pudesse escolher qual seria sua profissão? Porquê?
44. O que seria um trabalho melhor pra você?

### **IV. Perguntas destinadas apenas às encarregadas**

45. Como foi o processo de seleção para o cargo? Quem a escolheu?
46. Quem supervisiona o seu trabalho?
47. Como resolve os conflitos entre os funcionários?
48. Como intermedia as relações entre os funcionários, a empresa e a comunidade acadêmica?
49. Quais decisões toma sozinha? Quais decisões são discutidas com os funcionários?